

Volume I

BALANÇO GERAL

~2017~



ALAGOAS EM 2017

BALANÇO GERAL

VOLUME I

Prestação de Contas



**Secretaria da Fazenda do
Estado de Alagoas**

Governador do Estado de Alagoas
José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

Secretário de Estado da Fazenda
George André Palermo Santoro

Controladora Geral do Estado
Maria Clara Cavalcante Bugarim

Secretário-Chefe do Gabinete Civil

Franklin Adriano Cardoso de Barros

(Secretário Executivo de Gestão Interna, respondendo pelo Expediente)

Procurador Geral do Estado

Francisco Malaquias de Almeida Júnior

Secretário de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social

Fernando Soares Pereira

Secretário de Estado da Comunicação

Ênio Lins de Oliveira

Secretário de Estado da Segurança Pública

Paulo Domingos de Araújo Lima Júnior – Cel. PM

Secretária de Estado do Esporte, Lazer e Juventude

Cláudia Aniceto Caetano Petuba

Secretária de Estado da Infraestrutura

Fernando Fortes Melro Filho

Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Cláudio Alexandre Ayres da Costa

Secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio

Fabício Marques dos Santos

Secretária de Estado da Saúde

Carlos Christian Reis Teixeira

Secretário de Estado de Ressocialização e Inclusão Social

Marcos Sérgio de Freitas Santos

Vice-Governador do Estado de Alagoas

José Luciano Barbosa da Silva

Secretário de Estado da Agricultura, Pesca e Aquicultura

Antônio Dias Santiago

Secretário de Estado da Ciência da Tecnologia e da Inovação

Rogério Moura Pinheiro

Secretária de Estado da Cultura

Mellina Torres Freitas

Secretário de Estado da Educação

Laura Cristina de Souza

Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo

Rafael de Góes Brito

Secretário de Estado do Transporte e Desenvolvimento Urbano

Mosart da Silva Amaral

Secretária de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos

Cláudia Elizabeth Souza Simões

Secretário de Estado de Prevenção à Violência

Evalda Amorim Bittencourt de Araújo

Secretário de Estado do Trabalho e Emprego

Arthur Jessé Mendonça de Albuquerque

Secretária Especial do Tesouro Estadual
Renata dos Santos

Secretário Especial da Receita Estadual
Luiz Dias de Alencar Neto

Secretário Executivo de Gestão Interna
Eliza Maria Pessoal Silva

Superintendente Especial de Política Fiscal
Monique Souza de Assis

Superintendente Especial do Tesouro Estadual
Paulo Castro Cardoso da Silva

Superintendente Especial da Receita Estadual
Francisco Luiz Suruagy Motta Cavalcanti

Superintendente de Tecnologia da Informação
Jarbas Alves Cavalcante

Contador Geral do Estado
Ricardo André de Holanda Leite

Chefe de Gabinete
Paloma Tojal Rego Cavalcanti

Gerente Especial de Finanças
Epson Acioli Silveira

Gerente Especial de Convênios e da Dívida Pública
Benildo Gomes de Farias

Equipe Técnica e de Apoio

Adriano Pereira Nunes | Amara Midiã Correia Alves | Antônia Roberta Alves | Antônio Eugênio Tenório Gameleira | Camila Bockhorny Mendes | Camila Magalhães Paes de Oliveira | Cícero José da Cruz Neto | Eliene Carvalho Rolemberg Lima | Euzébio Francisco Santos | Hélio Rodrigues da Silva | Isabelle Celine Santos Monteiro | Jany Mary Barbosa Pereira | José Alberto Oliveira | José Ivo da Silva Neto | Josileide Machado da Silva | Karina Maria de Souza Santos | Karine Daniele da Silva | Lícia de Cerqueira Angelo | Livia de Cerqueira Angelo Araújo | Lourdes Maria de Moraes Pedrosa de Araújo | Luiz Cláudio Silva de Souza | Lucas Moura Nutels | Maria Teresa Gomes de Souza Mendes | Nilton Lima | Pedro Eliezer Santiago Guedes | Roberto Amâncio Santos Medeiros | Rosa Maria Lessa Maia | Samuel Santos da Silva | Sívio Ribeiro Dias | Tânia Maria Ferreira da Silva | Tatyane Kelly Barbosa Silva | Valter Gouveia de Oliveira | Vilma Oliveira Aleluia | Wagner Cunha e Torres

Estagiários

Débora Maria de Souza Vieira | Jéssica Renata Moreira Ferreira | Joyce Patrícia da Silva | Lorena Melo Martins da Silva | Pauliana Melo Ferreira | Rodolfo Felipe Lopes Miranda

Capa

Rodolfo Felipe Lopes Miranda e José Ivo da Silva Neto

Projeto Gráfico e Diagramação

Lucas Moura Nutels

Informações e Contato

Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas

ricardoleite@sefaz.al.gov.br

Contadoria Geral do Estado

msassis@sefaz.al.gov.br

Superintendência de
Política Fiscal

ascom@sefaz.al.gov.br

Assessoria de
Comunicação

Atendimento Geral - (82) 3315.9000

Fale Conosco - 0800.284.1060

Rua General Hermes, 80 - Centro, CEP: 57020-904, Maceió/AL

Quadro dos Responsáveis pela Contabilidade

Unidade Gestora	Nome do Profissional	Nº CRC
Agência de Fomento de Alagoas S/A – DESENVOLVE	Sandra Gonçalves	4699
Agência de Modernização da Gestão de Processos - AMGESP	Georgina Amália	3795
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas - ARSAL	Rosilene Maria Macário	6293
Alagoas Previdência	Laysa Kelly Barretto	7178
Companhia de Adm. de Recursos Humanos e Patrimoniais - CARHP	Teones Gustavo	3174
Controladoria Geral do Estado – CGE	Salésia Campos	5049
Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC	Thany Rafaella Gusmão	7378
Corpo de Bombeiros Militar – CBM	Cláudia Maria Lima	6875
Defensoria Pública Geral do Estado - DPE	Renata Lima	6505
Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas - DER	Isaac Newton	1540
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN	Tereza Cristina	8065
Diretoria de Teatros do Estado de Alagoas - DITEAL	Maria Cícera	4433
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas - FAPEAL	Dolores Maria	5737
Fundo da Infância e da Adolescência - FIA	Albenis Ferreira	4030
Fundo de Desenvolvimento de Ações Culturais - FDAC	Clezivaldo Sampaio	6223
Fundo de Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH	Denise Celina de Araújo	5120
Fundo de Mod. da Defensoria Pública do Estado de Alagoas - FUNDEPAL	Renata Lima	6505
Fundo de Mod. da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas - FUNPGE	Suely Inácio	6911
Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário - FUNSEFAZ	Josedy Freire	2609
Fundo de Previdência	Laysa Kelly Barretto	7178
Fundo Financeiro	Laysa Kelly Barretto	7178
Fundo dos Militares	Laysa Kelly Barretto	7178
Fundo do Turismo – FUNTURIS	Sarah Lima	7024
Fundo Especial da Escola Superior da Magistratura de Alagoas	Lucas Petrônio	7848
Fundo Especial de Desenvolvimento dos Esportes - FUNESP	Maria Luiza do	8026
Fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário - FUNJURIS	José Leomir da Silva	7155
Fundo Especial de Segurança Pública - FUNESP	Fabrcia Gonçalves	4849
Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Alagoas - FEMPEAL	Bruno Daniel de Lima	7796
Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	Averaldo Dantas	2611
Fundo Estadual de Defesa Civil - FUNDEC	Thany Rafaella Gusmão	7378
Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - PROCON	Ana Paula Tavares	6210
Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e Outras Drogas - FEPAD	Albenis Ferreira	4030
Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERH	Djalma Alves Rios	6091
Fundo Estadual do Registro do Comércio - JUCEAL	Izabele de Almeida	6960
Fundo Estadual de Saúde – FES	Ana Maria Lima	7997
Fundo Penitenciário do Estado de Alagoas - FUNPEAL	João André Ferreira	8877
Gabinete Civil	Maria Lúcia Ferreira	2722
Gabinete do Vice-Governador	José Carlos Gomes	3605

Inst. de Assist. à Saúde dos Serv. do Estado de Alagoas - IPASEAL SAÚDE	João Lima	5439
Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas – IDERAL	Heleno Machado	3409
Inst. de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável - EMATER	Maurício Apel	6550
Instituto de Metrologia e Qualidade de Alagoas - INMEQ	Francisco Tomaz	1827
Instituto de Tecnologia em Informação e Informática - ITEC	Maria Anunciada	3867
Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas - ITERAL	Jãina Maclanne	8012
Instituto do Meio Ambiente – IMA	Joelma Teles	8137
Instituto Zumbi dos Palmares - IZP	Lenise de Barros	7821
Ministério Público do Estado de Alagoas - MPE	Bruno Daniel de Lima	7796
Perícia Oficial do Estado de Alagoas - POAL	Antônio Carlos de Oliveira	4776
Polícia Civil do Estado de Alagoas - PCAL	Selma de Souza	6111
Polícia Militar do Estado de Alagoas - PMAL	Maria Josineide Monteiro	3403
Procuradoria Geral do Estado de Alagoas - PGE	Suely Inácio	6911
Sec. de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI	Flávyia Maria Bandeira	6982
Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES	Averaldo Dantas	2611
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI	Adriano Vieira	7989
Secretaria de Estado da Comunicação - SECOM	José Carlos de Lima	2467
Secretaria de Estado da Cultura - SECULT	Clezivaldo Sampaio	6223
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC	José Henrique Correia	5436
Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ	Wellington Monte	16886
Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA	José Gonzaga	2563
Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos - SEMUDH	Ana Paula Tavares	6210
Secretaria de Estado de Prevenção a Violência - SEPREV	Albenis Ferreira	4030
Secretaria de Estado da Ressocialização e Inclusão Social - SERIS	João André Ferreira	8877
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU	Ana Maria Lima	7997
Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP	Fabrcia Gonçalves	4849
Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano - SETRAND	Marcelo Calheiros	2602
Sec. de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDETUR	Sarah Lima	7024
Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude - SELAJ	Maria Luiza	8026
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH	Djalma Alves	6091
Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG	Denise Celina	5120
Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego - SETE	Larysse Gabrielle Navarro	7988
Serviços de Engenharia do Estado de Alagoas - SERVEAL	Maria Celina de Moura	3031
Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - TCE	Ana Cláudia Bezerra	8043
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas - TJ	Paulo Buarque	7578
Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL	Deuseni Viana	6655
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL	Maelf dos Santos	6640

MENSAGEM DO GOVERNADOR

Cumpro, ao encaminhar este documento ao Legislativo e ao Judiciário de Alagoas, a diretriz da Constituição Estadual que simboliza e materializa a relação de respeito fraterno, harmonia e independência entre os Poderes entre si e destes com a sociedade.

A prestação de contas do Poder Executivo relativa ao ano de 2017, o terceiro de meu governo, torna-se pública como as anteriores, de 2015 e 2016. Portanto, é também o cumprimento do compromisso com a democracia, a transparência e a proximidade com os cidadãos e cidadãs, dever sagrado do governante que exerce o poder político que lhe é delegado pelo voto soberano do povo.

Permito-me lembrar e reafirmar meu pronunciamento perante a população de Alagoas, ao tomar posse no honroso cargo em 1º de janeiro de 2015 na Assembleia Legislativa Estadual: meu governo faz questão de ser fiscalizado. Ao longo desses três anos, esse postulado, felizmente, tem sido comprovado pelo reconhecimento nacional de Alagoas como Estado modelo de gestão transparente.

A prestação de contas do Executivo aos Poderes constituídos passa ao domínio público para ser escrutinada pelos organismos oficiais de fiscalização e controle e, por extensão, pela sociedade. Fica sendo posse da posteridade.

Os números de 2017 trazem a realidade que transformou Alagoas em exemplo de perseverança na lide financeira perante o país. Somos um dos cinco únicos estados brasileiros em situação de equilíbrio fiscal, com o melhor desempenho entre todas as unidades federadas. E isso em pleno auge da crise econômica que se abateu com inédita severidade sobre o Brasil.

Para um estado pobre, que historicamente se bate com indicadores sociais negativos e cuja atividade econômica nem de longe se pode comparar à pujança dos maiores estados – e ainda por cima castigado há seis anos por uma seca inclemente – é de se admirar.

Nós, entretanto, não nos admiramos. Esses resultados eram esperados porque foram planejados, duramente planejados e postos em prática a partir das medidas prudenciais adotadas logo no início, em janeiro de 2015. A situação fiscal de Alagoas mudou à custa de trabalho, esforço, disciplina,

cuidado permanente e dedicaço quase obsessiva para não desviar do rumo traçado.

Não nos admiramos e muito menos nos acomodamos. Estamos conscientes de que navegamos com bússola assestada e com norte definido – mas não em mar de baía. Há que enfrentar vagalhões, ventanias e incertezas. Não podemos nos abandonar ao autoelogio fácil e à lassidão do dever cumprido, porque o dever não está cumprido. Alagoas precisa e merece mais. A situação é de equilíbrio fiscal, não é de fartura. Há muito trabalho pela frente.

Mas o que foi conquistado, inegavelmente, é notável. Faço questão de homenagear a capacidade técnica, a abnegaço e a inteligência brilhante que existem no serviço público alagoano. É dessas servidoras e desses servidores, muitos deles anônimos, o mérito pelo que foi alcançado até aqui. Que Deus os ilumine, e a todos nós, para que Alagoas siga no bom caminho, supere os obstáculos e seja morada da paz, prosperidade e justiça social.

Renan Filho, Governador do Estado de Alagoas.

APRESENTAÇÃO DO **BALANÇO**

O Balço Anual do Estado de Alagoas **2017** é composto por dois volumes. O **Volume I** tem a finalidade de demonstrar um compêndio das ações executadas pela Administração Estadual em forma de Prestação de Contas a sociedade alagoana. Por se tratar de um relatório substancialmente técnico, o objetivo desse volume é de traduzir a abordagem financeira, orçamentária e patrimonial em uma linguagem mais acessível a todas e todos os cidadãos, na esteira dos preceitos constitucionais de aproximar o cidadão a coisa pública. Já o **Volume II** tem o objetivo de apresentar diversos demonstrativos orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais exigidos pela Lei Federal nº 4.320/1964.

Fruto do trabalho coletivo de diversas áreas da Secretaria de Estado da Fazenda - Sefaz, com destaque para a equipe da Secretaria Especial do Tesouro Estadual, principalmente a Contadoria Geral do Estado, o Balço Anual complementa as informações prestadas pelo Poder Executivo e disponibilizadas em tempo real ao cidadão pelo Portal da Transparência (www.transparencia.al.gov.br). A composição detalhada dos dois volumes que integram o Balço Anual do Estado de Alagoas segue a descrição a seguir:

Volume I - Prestação de Contas

Este volume traz consigo os destaques da Administração Estadual no exercício de 2017 conjuntamente com uma série de indicadores econômicos e sociais. No quesito financeiro-patrimonial é possível acompanhar algumas das ações que afetaram as contas públicas no período, assim como as principais demonstrações contábeis, notas explicativas e análise contábil.

Volume II - Anexos da Lei nº 4.320/64

Encontram-se no Volume II os anexos preconizados pela Lei Federal nº 4.320/1964, os quais englobam a Administração Direta e Indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista).

PUBLICAÇÕES DA CONGEAL

Em cumprimento aos preceitos da legislação financeira, a **Contadoria Geral do Estado – CONGEAL** dá publicidade aos seus atos por meio do Diário Oficial do Estado – DOEAL (www.doeal.al.gov.br) e da página da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ na internet (www.sefaz.al.gov.br/financas), onde disponibiliza, periodicamente, as execuções orçamentárias de receita e despesa e demais demonstrativos e relatórios pertinentes em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Além disso, também é de sua competência, conforme definido no regimento interno da SEFAZ, expedir atos normativos que definam procedimentos contábeis visando à adequação dos registros contábeis dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração pública estadual, sempre com a finalidade de desempenhar boas práticas contábeis.

Publicidade e Transparência da Gestão Fiscal

Com base no parágrafo 3º, do artigo 176, da Constituição Estadual e no artigo 52, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF, a CONGEAL publica até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, que é composto por:

- Anexo 1** – Balanço Orçamentário
- Anexo 2** – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
- Anexo 3** – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
- Anexo 4** – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
- Anexo 5** – Demonstrativo do Resultado Nominal
- Anexo 6** – Demonstrativo do Resultado Primário
- Anexo 7** – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
- Anexo 8** – Demonstrativos das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (SIOPE)
- Anexo 9** – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
- Anexo 10** – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
- Anexo 11** – Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
- Anexo 12** – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (SIOPS)
- Anexo 13** – Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas
- Anexo 14** – Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Com vistas ao cumprimento dos artigos 54 e 55 da LRF, a CONGEAL também é responsável pela publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, que é uma publicação quadrimestral cujo objetivo principal, assim como o RREO, é dar transparência à gestão fiscal do ente. Compõem o RGF os seguintes anexos:

- Anexo 1** – Demonstrativo da Despesa com Pessoal
- Anexo 2** – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito

Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

No quadro a seguir encontra-se o calendário das referidas publicações homologadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), que é o sistema oficial mantido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para registro e publicidade dos relatórios dos entes subnacionais.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)		
<i>RREO - 2017</i>	<i>Data de Homologação</i>	<i>Situação</i>
1º Bimestre	03/04/2017	Homologado
2º Bimestre	31/05/2017	Homologado
3º Bimestre	31/07/2017	Homologado
4º Bimestre	29/09/2017	Homologado
5º Bimestre	30/11/2017	Homologado
6º Bimestre	30/01/2018	Homologado

Relatório de Gestão Fiscal (RGF)		
<i>RGF - 2017</i>	<i>Data de Homologação</i>	<i>Situação</i>
1º Quadrimestre	31/05/2017	Homologado
2º Quadrimestre	29/09/2017	Homologado
3º Quadrimestre	30/01/2018	Homologado

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI)

Além dos relatórios fiscais a CONGEAL elabora anualmente as demonstrações contábeis constantes no balanço geral, as quais são também enviadas pelo SICONFI sob o título de Declaração das Contas Anuais (DCA) até o dia 31 de maio do exercício seguinte, conforme Art. 51, §1º, inciso II da LRF.

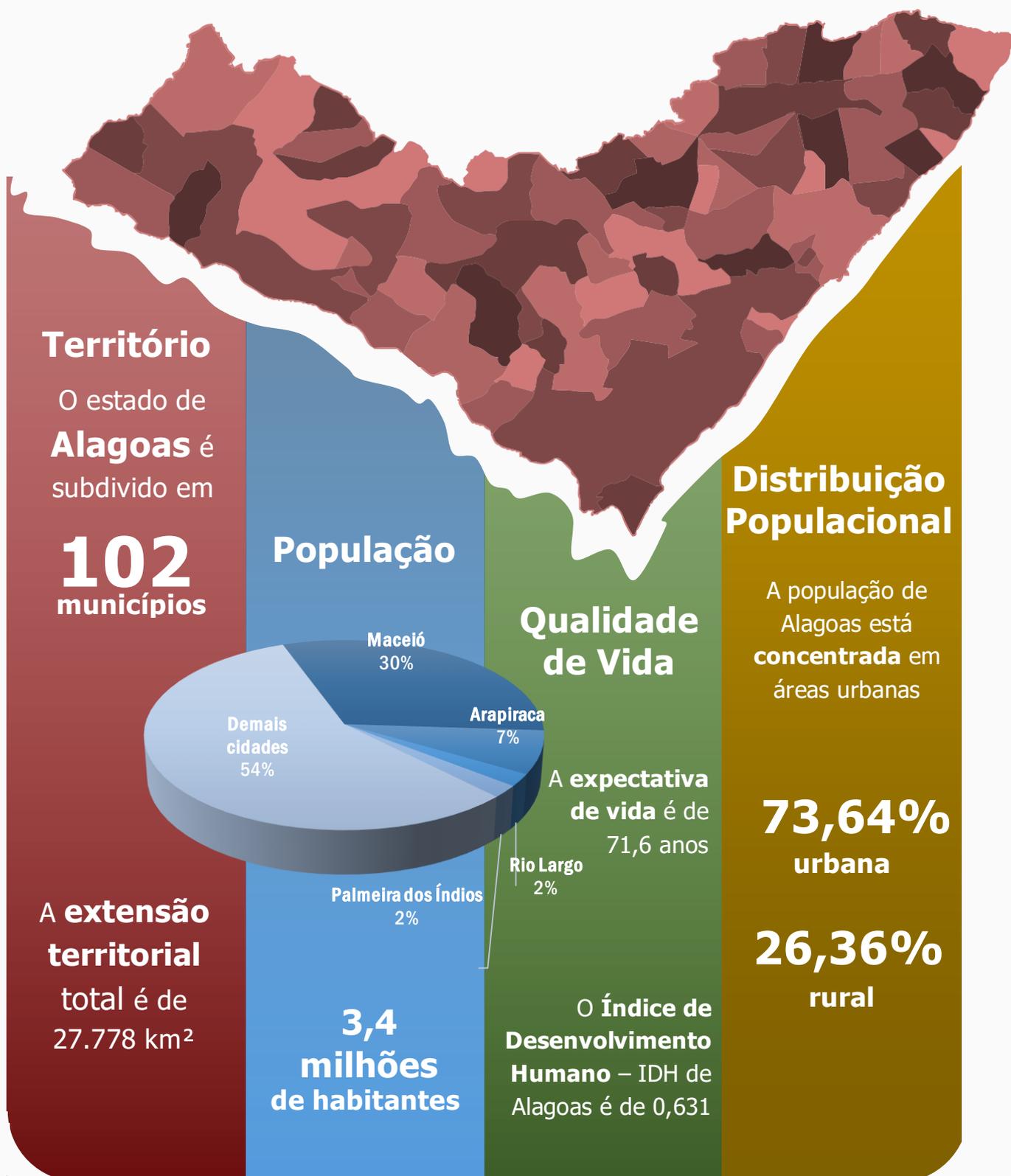
SUMÁRIO

PANORAMA SOCIOECONÔMICO _____	2
ASPECTOS SOCIAIS _____	3
ASPECTOS ECONÔMICOS _____	4
ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS _____	7
RESULTADOS FISCAIS _____	8
LIMITES CONSTITUCIONAIS _____	17
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO _____	20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS _____	43
APRESENTAÇÃO _____	44
BALANÇO PATRIMONIAL (BP) _____	45
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO) _____	49
BALANÇO FINANCEIRO (BF) _____	52
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP) _____	54
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) _____	58
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL) _____	61
NOTAS EXPLICATIVAS _____	62
RELAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS _____	63
BALANÇO PATRIMONIAL (BP) _____	70
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO) _____	80
BALANÇO FINANCEIRO (BF) _____	80
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP) _____	80
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) _____	80
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL) _____	81
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS _____	82
O QUE É A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS? _____	83
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS _____	83
GLOSSÁRIO _____	89

PANORAMA

SOCIOECONÔMICO

Aspectos Sociais



Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e SEFAZ/AL.

Aspectos Econômicos

Emprego e Renda

Os investimentos privados realizados no estado de Alagoas em 2017 geraram 8.890 empregos formais, principalmente nas áreas de *Call Center* e Derivados do Plástico.

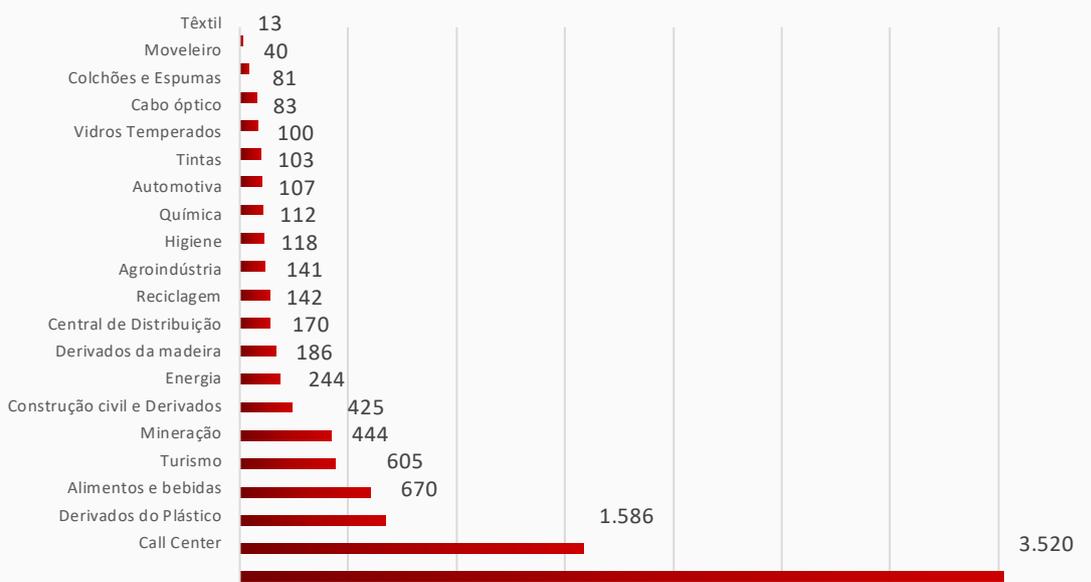


Gráfico 1 - Empregos Gerados por Segmento em 2017

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Indústria

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDETUR, atualmente fazem parte do parque industrial do estado de Alagoas cerca de 160 grandes indústrias, divididas entre os setores de Química e Plástico (35 indústrias), Sucroalcooleiro (13 indústrias), Alimentos e Bebidas (30 indústrias), Cerâmica e Construção Civil (19 indústrias) e outros setores (66 indústrias).



6º maior produtor de açúcar do Brasil

Maior produtor de sodaclorada do Brasil

Maior produtor de gás em terra do Brasil

Maior produtor de PVC da América Latina

Produto Interno Bruto

Em 2015, último ano de divulgação das contas regionais pelo IBGE, o Produto Interno Bruto – PIB do Estado de Alagoas, apresentou um valor de R\$ 46.364 bilhões, com as atividades econômicas participando da seguinte maneira em sua composição:

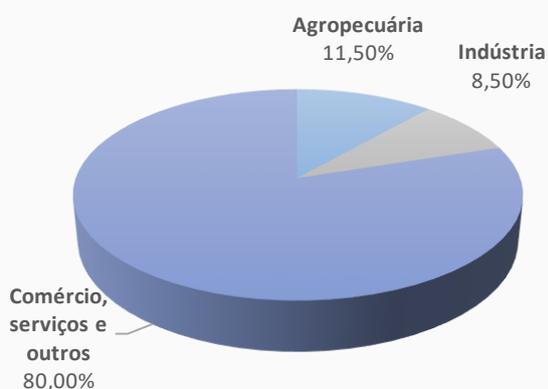


Gráfico 2 – PIB por setor em 2015

Fonte: IBGE.

A grande participação do setor de serviços se dá pela influência que alguns subsetores têm nas características dessa área. Por exemplo, o subsetor da administração pública possui o maior peso no segmento de serviços, com participação de 25,17% do total do setor em 2015.

Rede Hoteleira

O estado de Alagoas possui a rede hoteleira que mais cresce no Nordeste com 14.545 unidades habitacionais, 35.240 Leitos e uma movimentação anual de 2 milhões de passageiros. De acordo a SEDETUR, nos últimos dez anos o número de leitos e unidades habitacionais apresentou uma variação de 74,9% e 83,1%, respectivamente. Em 2017, foram iniciadas as obras de mais 12 empreendimentos turísticos, dos quais serão gerados cerca de 1.150 novos postos de trabalho.

Varição das Unidades Habitacionais (Quartos) e Leitos na última década em Alagoas

Ano/Desc.	2007	2017	Δ% Var.
Unidades Habitacionais	7.945	14.545	83,1%
Leitos	20.154	35.240	74,9%

Fonte: SEDETUR.

Varejo

Segundo a Pesquisa Mensal de Comércio – PMC, que acompanha o comportamento do comércio varejista do país, Alagoas foi, em 2017, o estado com maior variação acumulada do volume de vendas e da receita nominal de vendas no comércio varejista entre os estados do Nordeste.

Variação acumulada do volume de Vendas e da Receita Nominal de vendas no comércio varejista (Nordeste) - Janeiro a Dezembro de 2017

UF	Volume de Vendas Var. (%) acumulada	Receita Nominal Var. (%) acumulada
AL	7,7%	7,10%
PE	4,7%	5,10%
MA	4,5%	5,60%
RN	1,6%	2,90%
PI	0,2%	1,70%
BA	-0,3%	-0,10%
CE	-1,9%	-1,30%
PB	-3,3%	-3,40
SE	-5,70%	-4,90

Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio – PMC/IBGE

Comércio Exterior

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, a balança comercial do estado de Alagoas em 2017, apresentou crescimento de 26,78% se comparado a 2016. As exportações chegaram a US\$ 665,01 milhões apresentando um crescimento de 58% no volume de vendas se comparado a 2016. Com esse resultado, Alagoas obteve o saldo de US\$ 20,5 milhões na balança comercial.

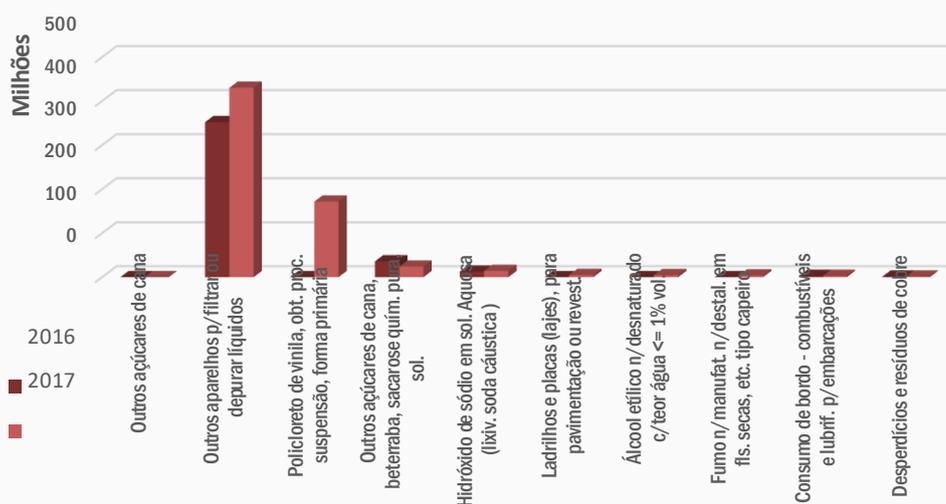


Gráfico 3 - Exportações por produto em 2016 e 2017

Fonte: MDIC, Sistema Aliceweb.

ASPECTOS

ORÇAMENTÁRIOS E

FINANCEIROS

Resultados Fiscais

Resultados Fiscais podem ser entendidos como sendo um conjunto de indicadores fiscais definidos pela literatura econômic e que permitem ao gestor público a avaliação do desempenho e o acompanhamento da evolução das finanças públicas ao longo do tempo, ou seja, são informações estratégicas para a tomada de decisão.

O monitoramento dos resultados fiscais é uma ferramenta que os gestores públicos responsáveis devem utilizar para identificar eventuais desvios na calibragem de suas receitas e despesas, corrigindo, quando for necessário, os excessos de gastos que ultrapassem sua capacidade financeira, sempre tendo o cuidado de não causar grandes prejuízos na prestação dos serviços públicos. Os principais resultados fiscais¹ são:

- (i) Resultado Orçamentário
- (ii) Resultado Primário
- (iii) Receita Corrente Líquida – RCL
- (iv) Despesa Total com Pessoal
- (v) Dívida Consolidada Líquida – DCL

Nesse sentido, esta seção é destinada a análise desses indicadores fiscais alcançados pelo Estado de Alagoas no exercício de 2017.

Resultado Orçamentário

O Resultado Orçamentário do Estado de Alagoas no ano de 2017 foi superavitário em R\$ 239,5 milhões mantendo a trajetória de superávits iniciada em 2015 revertendo a quadra anterior do Estado. Isto permitiu que o Estado acumulasse uma poupança corrente substancial neste três últimos exercícios muito importante para regularizar o déficit estrutural de cerca de R\$ 800 milhões identificado no início de 2015 e ainda possibilitar fazer investimentos com recursos próprios mesmo num dos piores períodos da economia brasileira onde o PIB recuou mais de 10%.

¹ Os indicadores de Resultado Primário (LRF, art. 53, inciso III), Receita Corrente Líquida – RCL (LRF, art. 53, inciso I) são divulgados bimestralmente por meio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO. Os indicadores de Despesa com Pessoal (LRF, art. 55, inciso I, alínea a) e Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, alínea b) são divulgados quadrimestralmente por meio dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF. Esses relatórios encontram-se disponíveis na página da Sefaz-AL: www.sefaz.al.gov.br/financas.

Resultado Orçamentário do Estado de Alagoas (2016-2017) (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2016	2017	Δ % 2017/2016
Receita Total	9.375,8	9.089,0	-3,1%
Corrente	9.049,2	8.718,4	-3,7%
De Capital	326,6	370,7	13,5%
Despesa Total	8.539,3	8.849,5	3,6%
Corrente	7.661,3	7.938,8	3,6%
De Capital	878,0	910,7	3,7%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO TOTAL	836,5	239,5	-71,4%
Resultado Orçamentário Corrente	1.387,9	779,6	-43,8%
Resultado Orçamentário de Capital	(551,4)	(540,0)	-2,1%

NOTAS:

(1) Exceto Intra-Orçamentária

(2) Fonte: Siafem/AL

A análise do Resultado Orçamentário segregado em corrente e de Capital demonstra que parte das despesas de capital, tanto em 2016 como em 2017, foram financiadas por receitas correntes.

O **resultado orçamentário** demonstra o excesso (ou insuficiência) do ingresso de recursos em relação à despesa orçamentária executada pelo ente.

Receitas Orçamentárias > Despesa Orçamentárias
= **Superávit Orçamentário.**

Receitas Orçamentárias < Despesas Orçamentárias
= **Déficit Orçamentário.**

Resultado Primário

O resultado primário alcançado em 2017 pelo Estado de Alagoas alcançou o montante de R\$ 363,9 milhões, reforça que Alagoas continua firme em seu esforço fiscal sendo um dos 3 Estados que mais acumularam resultados primários em função de sua RCL. Esse desempenho é decorrente de uma forte gestão de controle de gastos de custeio da máquina pública e também da implantação de diversos novos mecanismos de combate à sonegação fiscal que permitiram ao Estado ser considerado pelo mercado como o que fez o maior esforço fiscal no período de 2015 a 2017.

Resultado Primário de Alagoas (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2016	2017	Δ % 2017/2016
Receitas Totais	10.885,8	10.665,9	-2,0%
(-) Receitas Financeiras	161,1	312,2	93,8%
Receita Primária Total (a)	10.724,7	10.353,7	-3,5%
Despesas Totais	10.022,2	10.460,6	4,4%
(-) Despesas Financeiras	435,9	470,8	8,0%
Despesa Primária Total (b)	9.586,3	9.989,8	4,2%
Resultado Primário (a - b)	1.138,4	363,9	-68,0%

NOTAS:

(1) Inclui Intra-Orçamentária

(2) Fonte: Siafem/AL

Embora o cenário de recessão enfrentado pela economia brasileira seja um fator que influenciou o Resultado Primário de todos os entes federativos, o Estado de Alagoas manteve sua política fiscal de ajuste o que teve como reflexo apresentar o 5º melhor Resultado Primário em termos absoluto.

O **resultado primário** indica se os gastos não financeiros do estado são compatíveis com a suas receitas não financeiras e é obtido pela diferença entre as **receitas primárias** e **despesas primárias**.

Assim:

Receitas Primárias > Despesas Primárias = **Superávit Primário**

Receitas Primárias < Despesas Primárias = **Déficit Primário**

Receitas Primárias ou Não financeiras: compreendem as receitas decorrentes da atividade fiscal do ente.

Comparativo Resultado Primário Estados (2017)		
RANKING	UF	RESULTADO PRIMÁRIO (R\$ milhões)
1º	SP	5.352,0
2º	GO	739,6
3º	AM	607,2
4º	ES	512,3
5º	AL	363,9
6º	PB	240,0
7º	AP	162,5
8º	RR	67,8
9º	AC	41,5
10º	TO	41,5
11º	PA	16,9
12º	PI	-49,0
13º	RO	-118,0
14º	CE	-130,3
15º	SE	-256,3
16º	PE	-292,2
17º	RN	-422,1
18º	RS	-422,5
19º	BA	-843,1
20º	DF	-974,8
21º	MT	-1.005,5
22º	MA	-1.126,3
23º	SC	-1.133,5
24º	MS	-1.488,5
25º	PR	-2.822,0
26º	MG	-6.123,6
27º	RJ	-6.204,6

Fonte: SICONFI - Finbra - RREO dos Estados no 6º Bim de 2017 (Elaboração: Supof/SEFAZ-AL)

Em termos relativos, quando utilizamos a relação Resultado Primário / Receita Corrente Líquida – RCL dos estados, verificamos que a colocação alcançada por Alagoas passa de 5º para 2º colocado, o que significa dizer que Alagoas realizou o segundo maior esforço fiscal do país dentre os estados em 2017.

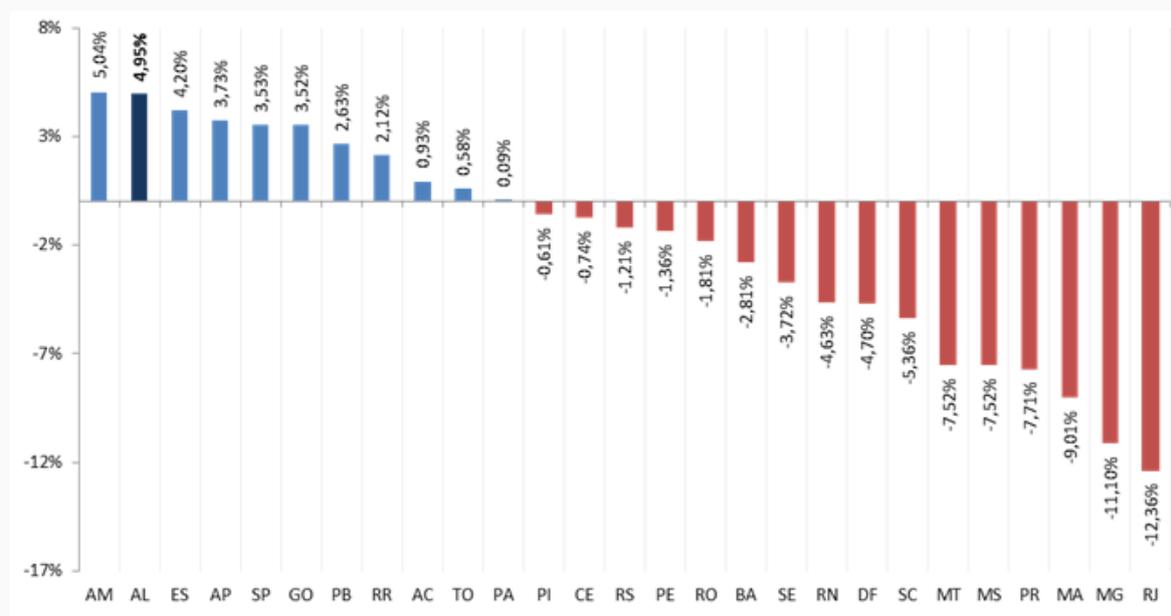


Gráfico 4 – Comparativo Resultado Primário / RCL Estados (2017)

Fonte: SICONFI - Finbra - RREO dos Estados no 6º Bim de 2017 (Elaboração: Supof/SEFAZ-AL)

Receita Corrente Líquida

Com relação a Receita Corrente Líquida – RCL, em 2017 o resultado foi de R\$7.348,6 milhões, variação negativa em 3,9% (-R\$297,9 mil) em relação ao resultado auferido quando do término do exercício de 2016. Se desconsiderarmos o valor realizado em 2016 decorrente do FPE-Repatriação, que apesar de ser classificado como Receita Corrente Líquida tem característica sazonal, temos que a RCL de 2017 apresentou um crescimento de 0,8% (+R\$56,8 milhões) já que a RCL ajustada de 2016 foi de R\$7.291,8 milhões².

Receita Corrente Líquida – RCL refere-se ao total da entrada de receitas correntes deduzidos as transferências constitucionais e legais, ou seja, esse conceito tenta demonstrar a entrada de recursos regulares deduzidos a parcela de tais recursos que devem ser aplicadas ou transferidas definidas em lei (Fundeb, transferências de cota parte de impostos para municípios, etc). Esse indicador reflete o montante de recursos que o estado teria disponível para arcar com suas obrigações.

² O Relatório de Gestão Fiscal referente ao exercício de 2016 demonstra os efeitos da entrada de recursos decorrentes da Regularização de Ativos no Exterior (FPE-Repatriação), disponíveis em www.sefaz.al.gov.br/financas.

Comparativo Receita Corrente Líquida (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2016	2017	Δ % 2017/2016
Receita Corrente	10.358,3	10.002,9	-3,4%
(-) Deduções	2.711,7	2.654,3	-2,1%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	7.646,5	7.348,6	-3,9%

NOTAS:

(1) Inclui Intra-Orçamentária

(2) Fonte: Siafem/AL

Despesa Total com Pessoal

Analisando a despesa total com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, nota-se que no ano de 2017 o Poder Executivo atingiu o índice 48,63%, acima do limite prudencial estabelecido pela LRF (46,55%), mas não atingindo o limite máximo (49,00%). No que tange a Despesa com Pessoal Consolidada, o índice enquadra-se abaixo dos 60,00% definidos como limite máxima, mas ficou acima do limite prudencial (57,00%), representando 57,57% da RCL. A tabela abaixo demonstra esses índices comparando os resultados auferidos em 2016 e 2017:

Despesa com Pessoal/RCL (2016/2017)			
Discriminação	2016	2017	Varição (%)
Executivo	3.514.782.931,03	3.573.247.791,64	1,66%
Consolidado	4.189.052.290,18	4.253.082.192,68	1,53%
Receita Corrente Líquida	7.646.527.443,73	7.348.618.775,30	-3,90%
Executivo/RCL	46,0%	48,6%	2,2%
Consolidado/RCL	54,8%	57,9%	

Fonte: RGF 3º Quad 2016 e 2017 (Elaboração: Supof/SEFAZ-AL)

O índice de pessoal tem como base de cálculo a RCL, sendo assim as variações desse resultado não são influenciadas apenas pelo aumento da despesa de pessoal, mas também por aumento ou redução da RCL. Assim, temos que apesar de em 2017 as despesas que compõem o índice do Poder Executivo terem aumentado cerca de 1,66% com relação a

2016, o aumento de 2.2 p.p. também foi influenciado pela queda na RCL em 3,90%.

O **Índice de Despesa Total com Pessoal** é um dos resultados mais importantes para a avaliação fiscal de um ente, isso porque de acordo com LRF, no caso de o ente ultrapassar os limites dispostos em tal legislação, serão vedadas diversas ações administrativas, inclusive a adoção de medidas rígidas relacionadas à redução do índice aos limites dispostos no prazo de dois quadrimestres.

No caso específico do Índice de Despesa com Pessoal do Poder Executivo, é importante salientar que apesar do aumento do índice em 2017 quando comparado com o exercício anterior, a Gestão atual vem realizando diversas ações no sentido de adequar o seu índice

dentro dos limites disposto na LRF. O Gráfico abaixo ilustra a evolução desse indicador entre 2014 e 2017, nota-se que no início da gestão o limite máximo estava extrapolado, sendo o Governo Estadual vedado legalmente naquele momento de realizar diversas ações no que tange a pessoal e contratação de operações de créditos, por exemplo. Esse cenário se reverteu ao longo dos últimos 03 exercícios, em decorrência principalmente pelo crescimento da receita bem acima da inflação.

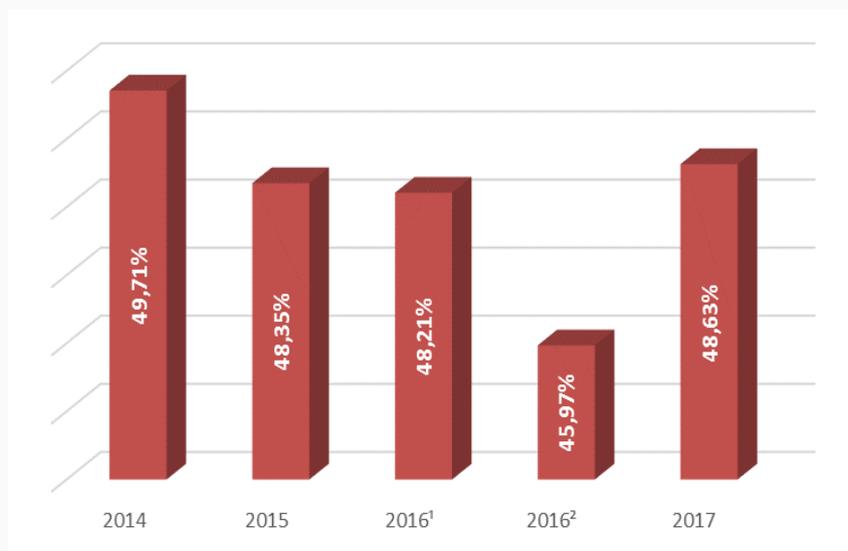


Gráfico 5 - Despesa com Pessoal Poder Executivo / RCL (%)³

Fonte: RGF 3º Quad de 2014 a 2017 (Elaboração: Supof/SEFAZ-AL)

Em termos comparativos, o gráfico abaixo demonstra o resultado apresentado em 2017 com Despesa Total de Pessoal do Poder Executivo dos 27 estados da federação. Nele podemos verificar que Alagoas não está entre os estados com índices mais elevados, mas de qualquer maneira é um indicador que merece muita atenção pela proximidade de seu limite.

³ No intuito de prezar pela gestão prudente das finanças públicas estaduais, a Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Alagoas publicou dois índices no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Relatório de Gestão Fiscal – RGF referente ao exercício de 2016, devido a entrada de montante de recursos significativos no Fundo de Participação dos Estados – FPE, decorrente da Regularização de Ativos no Exterior (Repatriação). Essa entrada de recursos extraordinários elevou a Receita Corrente Líquida – RCL, que é base de cálculo do Índice de Pessoal e da Dívida Consolidada Líquida, promovendo um efeito nesses indicadores que não é estruturante, mas sim sazonal. Assim sendo, o índice de pessoal do poder executivo foi de 45,97% considerando a Repatriação inclusa na base da RCL (2016²), e se desconsiderando os referidos recursos do exterior da composição da RCL, o índice alcançou 48,21% de participação (2016¹).

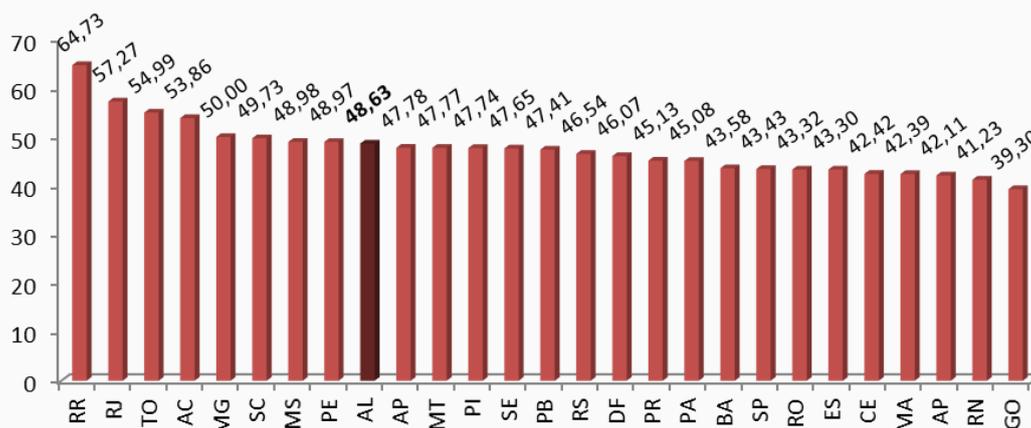


Gráfico 6 - Despesa com Pessoal / Receita Corrente Líquida (2017)

Fonte: SICONFI - Finbra – RGF dos Estados no 3º Quad 2017 (Elaboração: Supof/SEFAZ-AL)

Dívida Consolidada Líquida

No exercício de 2017, a Dívida Consolidada Líquida – DCL totalizou R\$7.000,3 milhões, correspondendo ao percentual de 95,3% da RCL, atendendo ao limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal que é de um endividamento máximo de 200%.

Dívida Consolidada Líquida (2016-2016)			
Discriminação	2016	2017	Δ % 2017/2016
Receita Corrente Líquida – RCL	7.646,5	7.348,6	-3,9%
Dívida Consolidada Líquida – DCL	7.863,5	7.000,3	-11,0%
% DCL / RCL	102,8%	95,3%	-7,4%

Fonte: RGF 3º Quad de 2014 a 2017 (Elaboração: Supof/SEFAZ-AL)

Quando analisamos a redução da DCL em 11,0% (-R\$ 863,2 milhões) de 2017 em ao exercício anterior é explicada por quatro fatores principais, são eles:

- (i) Ajuste do montante da Dívida Consolidada em decorrência da assinatura do sétimo termo aditivo de rerratificação ao contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento da Dívida junto à União decorrente da Lei nº 9.496/1997 em 26 de dezembro de 2017, nos termos da Lei Complementar – LC nº 156/2016: com o advento da LC nº 156/2016 o montante referente a carência de 03 meses em 2016, bem como a diferença no serviço da dívida ao longo de 2017, foi refinanciado resultando na reclassificação de tal saldo e na desconsideração do montante de R\$441,8 milhões que havia sido provisionado pelo Banco do Brasil como “pendência judicial”, pois o Estado de Alagoas obteve decisão Judicial no STF que permitiu não desistir da ACO no STF;

- (ii) Redução no valor da dívida decorrente de parcelamentos e renegociação de dívida aproveitando dos descontos e benefícios nos juros e multas pela adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, lançado pelo Governo Federal por meio da Lei nº 13.496/2017 e regulamentada pela Receita Federal do Brasil por meio da Instrução Normativa nº 1.177/2017, proporcionou ao Estado de Alagoas utilizar crédito/prejuízo fiscal decorrente do Banco do Estado de Alagoas – Produban no valor de R\$156,2 milhões para quitação de parcelamentos de PASEP;
- (iii) Redução em Precatórios posteriores a 05 de maio de 2000: ajustes contábeis realizados ao longo de 2017 em decorrência do acesso à informações por parte da Sefaz/AL ao estoque de precatórios junto à Comissão de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas que informou o estoque em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$44,7 milhões; e
- (iv) Aumento nas Deduções influenciada por Demais Haveres Financeiros: os demais haveres financeiros em 2017 tiveram um aumento considerável principalmente na esteira da realização do Programa de Recuperação Fiscal – Profis referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS débitos vencidos até 31 de dezembro de 2016.

Com esse resultado, o estado de Alagoas alcançou pela primeira vez uma relação Dívida Consolidada Líquida – DCL / Receita Corrente Líquida – RCL abaixo de 100%, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (%)			
RANKING	UF	2016	2017
1º	RJ	233,84	269,74
2º	RS	212,95	218,86
3º	MG	203,09	186,35
4º	SP	175,47	170,93
5º	AL	102,84	95,26
6º	GO	95,11	92,03
7º	MS	78,17	75,79
8º	AC	72,67	71,83
9º	PE	60,68	60,96
10º	SE	60,43	57,99
11º	BA	55,78	57,52
12º	MA	43,7	51,33

Dívida Consolidada Líquida/ Receita Corrente Líquida (%)			
RANKING	UF	2016	2017
13º	SC	50,21	51,1
14º	RO	50,06	48,48
15º	CE	43,6	45,82
16º	RR	37,31	41,49
17º	PI	45,17	41,07
18º	TO	33,05	38,01
19º	DF	29,89	33,78
20º	AM	40,55	31,52
21º	MT	43,98	30,31
22º	PR	38,82	29,34
23º	PB	30,25	28,93
24º	ES	26,41	17,31
25º	RN	12,41	13,22
26º	AP	14,36	7,44
27º	PA	9,29	6,4

Fonte: SICONFI - Finbra – RGF's dos Estados no 3º Quad de 2017
(Elaboração: Supof/SEFAZ-AL)

Comparando a evolução da DCL do estado de Alagoas nos últimos 4 exercícios, verificamos que há uma tendência de redução que foi aprofundada em 2016 após a assinatura do aditivo decorrente da Lei Complementar nº 148/2014. Entretanto, é importante ratificar que a Sefaz-AL vem desenvolvendo junto à sua área de Tesouro e de Política Fiscal diversas ações no sentido de monitoramento e busca de alternativas que resultem na melhoria do perfil do endividamento do Estado, vide a operação realizada em 2017 referente aos parcelamentos x PERT. Esta operação proporcional uma expressiva redução de

dívida bruta do Estado da mesma forma que a identificação do equívoco do Banco do Brasil no registro de provisão de pendência judicial inexistente.

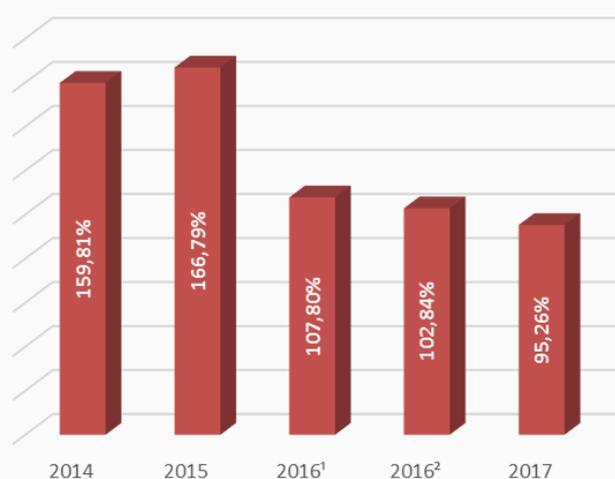


Gráfico 7 - DCL / RCL (2014 – 2017)⁴

Fonte: RGF 3º Quad de 2014 a 2017
(Elaboração: Supof/SEFAZ-AL)

⁴ Assim como no caso do Índice de Pessoal, a Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Alagoas publicou dois índices no Demonstrativo de Dívida Consolidada Líquida - DCL do Relatório de Gestão Fiscal – RGF referente ao exercício de 2016, devido a entrada de montante de recursos significativos no Fundo de Participação dos Estados – FPE. Assim sendo, o Indicador da DCL foi de 102,8% considerando a Repatriação incluída na base da RCL (2016²), e se desconsiderando os referidos recursos do exterior da composição da RCL, o índice alcançou 164,6% de participação (2016¹).

Limites Constitucionais

A legislaço orçamentária brasileira, no âmbito do Governo Central e dos Governos Subnacionais, dispõe sobre algumas áreas em que é obrigatória a aplicaço de um mínimo de recursos ao longo do exercício. Essas obrigaço são usualmente conhecidas como vinculaço orçamentárias.

As principais vinculaço são as ditas Vinculaço Constitucionais que se referem ao art. 212 da Constituiço Federal – CF/88 que determina o mínimo de aplicaço em Educaço (25%) e ao §3º do art. 198, regulamento pela Lei Complementar – LC nº 141/2012, que estabelece o mínimo a ser aplicado em Saúde (12%), em todos os entes da federaço. Os demonstrativos referentes a essas vinculaço são:

- i) **EDUCAÇO:** Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenço e Desenvolvimento do Ensino – MDE; e
- ii) **SAÚDE:** Demonstrativo das Receitas e Despesas com Aço e Serviço Públicos de Saúde – ASPS.

Assim, considerando a relevância desses indicadores, principalmente pelo fato de serem áreas prioritárias de Governo, esta seço será destinada a análise da aplicaço de recursos pelo Estado no exercício de 2017 em acordo com os limites constitucionais.

Por fim, é importante esclarecer que os resultados apresentados nesta seço não se referem aos gastos totais em educaço e saúde, mas apenas as despesas que se enquadram dentre as definidas pela legislaço.

Manutenço e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

No exercício de 2017, o Estado de Alagoas aplicou em Manutenço e Desenvolvimento do Ensino - MDE o equivalente a 25,7% das Receitas Líquidas de Impostos, que representam uma aplicaço de R\$1.821,6 milhões, ou seja, o mínimo constitucional de 25% foi cumprido tanto em 2016 quanto em 2017, conforme ilustrado na tabela abaixo:

**Comparativo da Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE
2016-2017**

Discriminação	2016	2017	Δ % 2017/2016
Despesa em MDE para fins de Apuração do Índice Const. (a)	1.789,5	1.821,6	1,8%
Receita Líquida de Impostos (b)	7.107,3	7.092,3	-0,2%
% Aplicação MDE (a) / (b)	25,2%	25,7%	2,0%

Fonte: RREO 6º Bim 2016 e 2017 (Elaboração: Supof/SEFAZ-AL)

Para fins de apuração da despesa realizada com MDE é importante esclarecer que além das despesas realizadas diretamente pelo Estado, deve-se considerar a diferença entre o valor transferido e o valor recebido do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Nos casos em que o montante recebido é inferior ao montante recebido do Fundeb, dizemos que o ente teve perda líquida e esse montante deve compor o valor de aplicação em MDE, uma vez que se trata de uma contribuição do estado para financiamento da educação brasileira, ou seja, uma aplicação indireta em educação⁵.

No caso de Alagoas, a Tabela abaixo demonstra a decomposição da despesa considerada para fins de apuração do limite constitucional, aplicação direta e indireta:

**Comparativo da Aplicação Despesa Considerada para Fins de Apuração em Manutenção e
Desenvolvimento do Ensino – MDE (2016-2017)**

Discriminação	2016	2017	Δ % 2017/2016
Despesa Realizada Diretamente pelo Estado (a)	1.158,2	1.155,9	-0,2%
Despesa Realizada Indiretamente pelo Estado (b)	631,3	665,7	5,4%
(+) Recursos Enviados para Fundeb	1.309,0	1.284,5	-1,9%
(-) Recursos Recebidos do Fundeb	665,8	616,0	-7,5%
(-) Cancelamentos RP anos anteriores	12,0	2,9	-75,8%
Total Aplicação MDE = (a) + (b)	1.789,5	1.821,6	1,8%

Fonte: RREO 6º Bim 2016 e 2017 (Elaboração: Supof/SEFAZ-AL)

O total gasto em educação referente à aplicação direta na rede estadual somou R\$1.155,9 milhões em 2017 praticamente a mesma realizada no ano anterior (-0,2%; -R\$2,3 milhões). No que tange a aplicação indireta, verificamos na tabela acima que a “perda líquida” em 2017 foi 5,4% superior ao resultado de 2016, tal resultado pode ser explicado pela dinâmica distributiva do Fundeb na qual os recursos são distribuídos em função da proporção do número de alunos matriculados, anualmente, nas escolas estaduais. Assim, quando se

⁵ Para apuração do MDE, se faz necessário também verificar as despesas inscritas em Restos a Pagar em exercícios anteriores e que porventura tenham sido canceladas ao longo do exercício corrente. Essa necessidade se explica pelo fato de que o valor aplicado em Educação deve ser preservado mesmo que por algum motivo aquela obrigação registrada não tenha se concretizado.

analisa a aplicaço total do estado em MDE, esse total foi, em 2017, 1,8% superior à aplicaço realizada no exercío anterior (+R\$32,06 milhões).

Com relaço à Receita Líquida de Impostos, o total de R\$7.092,3 milhões realizados em 2017 foi -0,2% menor que o realizado em 2016, influenciado principalmente pela entrada de recursos a menor no ano corrente no que se refere ao Fundo de Participaço dos Estados – FPE que em 2016 recebeu adicional de recursos sazonal proveniente do processo de Regularizaço de Ativos no Exterior (FPE/Repatriaço).

Por fim, a análise da aplicaço em MDE demonstra que 57,4% dos recursos são destinados à Secretaria de Estado de Educaço – Seduc

Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

No que diz respeito à aplicaço do mínimo constitucional em Saúde, nota-se, pela Tabela seguinte, que o estado de Alagoas aplicou, em 2017, valor superior ao mínimo constitucional de 12%, atingindo do total aplicado em saúde de 12,3% (R\$875,5 milhões). A aplicaço em 2017 foi 1,6% superior à do ano anterior em termos absolutos (+R\$13,6 milhões).

Aplicaço em Ações e Serviços Públicos de Saúde			
Discriminaço	2016	2017	Δ % 2017/2016
Despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde (a)	861,9	875,5	1,6%
Total das Receitas para Aplicaço do Índice (b)	7.107,3	7.092,3	-0,2%
% Aplicaço ASPS (a) / (b)	12,1%	12,3%	1,8%

Fonte: RREO 6º Bim 2016 e 2017 (Elaboraço: Supof/SEFAZ-AL)

Planejamento e Orçamento

Um dos instrumentos mais importantes para o Planejamento Governamental se refere ao Orçamento Público. No Brasil, o modelo orçamentário adotado é composto por três peças orçamentárias que tem objetivo de planejar as ações e programas de governo de médio e curto prazo, são essas: (i) o Plano Plurianual que se refere a um plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas prioritários a serem seguidos pelo Governo ao longo de um período de quatro anos; (ii) a Lei de Diretrizes Orçamentárias que estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte; orienta a elaboração do Orçamento, dispõe sobre alteração na legislação tributária, estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento; e (iii) a Lei Orçamentária Anual que disciplina as ações de Governo de curto prazo, ou seja, estima a receita a ser auferida e fixa a despesa referente as ações que serão realizadas ao longo do exercício.

Nesse sentido, essa seção será destinada a discussão quanto a execução da Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2017 do Estado de Alagoas, promulgada por meio da Lei Estadual nº 7.871, de 19 de Janeiro de 2017.

A Lei Orçamentária Anual – LOA 2017 (Lei Estadual nº 7.871/2017)

Para o ano de 2017, as peças orçamentárias que disciplinam o orçamento do Estado são: a Lei Estadual nº 7.798/2016 que dispõem sobre o Plano Plurianual do Estado para o período 2016-2019; (ii) a Lei Estadual nº 7.805/2016 referente a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO que dispõe sobre todas as diretrizes, prioridades e metas a serem realizadas em 2017; e (iii) a Lei Estadual nº 7.871/2017 que dispõe exclusivamente quanto a Lei Orçamentária para o exercício de 2017 estimando a receita e fixando as despesas que irão ocorrer no exercício.

De acordo com a previsão orçamentária para 2017, o orçamento do estado em R\$10.242 milhões. Pelo lado da receita, de acordo com a estimativa constante da LOA 2017, do total de R\$10.242 milhões estimados, 95,0% serão provenientes de receitas correntes (R\$9.734 milhões) e os 5% de receitas de capitais. Quanto a fixação da despesa, do total prevista no orçamento, as despesas correntes serão responsáveis por 90,0% do total das despesas,

sendo a previsão com gastos com Pessoal e Encargos Sociais o principal grupo de despesa, representando 66,0% das despesas totais.

A tabela abaixo demonstra de forma clara a estimativa da receita e a fixação da despesa constante da LOA 2017:

Orçamento Anual do Estado de Alagoas 2017 (R\$ milhões)			
Receitas Correntes (a)	10.947	Despesas Correntes (a)	9.222
Receita Tributária	4.457	Pessoal e Encargos Sociais	6.083
Receita de Contribuições	1.634	Juros da Dívida	346
Receita Patrimonial	171	Outras despesas Correntes	2.793
Receita de Serviços	178		
Transferências Correntes	4.372		
Outras Receitas Correntes	136		
Receita de Capital (b)	509	Despesa de Capital (b)	1.013
Operações de Crédito	24	Investimentos	844
Alienação de bens	0	Inversões Financeiras	3
Transferência de Capital	485	Amortização da Dívida	165
Deduções (c)	(1.213)	Reserva de Contingência (c)	7
Formação do FUNDEB	(1.213)		
TOTAL DA RECEITA = (a) + (b) - (c)	10.242	TOTAL DA DESPESA = (a) + (b) + (c)	10.242

NOTA:

(1) Inclui Intra-Orçamentária

(2) Lei Estadual nº 7.871/2017 (LOA 2017)

No que se refere a distribuição do orçamento por Poder, a tabela abaixo demonstra que 90,6% (R\$9.284 milhões) está alocado para o Poder Executivo. Os 9,4% restantes estão distribuídos entre Poder Judiciário, Poder Legislativo (Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado), Ministério Público e Defensoria Pública:

Orçamento do Estado por Poder (R\$ milhões)		
Discriminação	2017	%
Poder Executivo	9.284	90,6%
Poder Legislativo	201	2,0%
Poder Judiciário	743	4,6%
Ministério Público	145	1,4%
Defensoria Pública	48	0,5%
Tribunal de Contas	91	0,9%
Total DESPESA	10.242	100,0%

NOTA:

(1) Inclui Intra-Orçamentária

(2) Lei Estadual nº 7.871/2017 (LOA 2017)

Para a previsão de investimentos das empresas, a LOA em seu art. 5º fixou essa despesa em R\$ 34.156.801,00, sendo distribuídos conforme tabela a seguir:

**Orçamento de Investimento Empresas Estaduais
2017 (R\$ milhões)**

Discriminação	Valor
Desenvolve	9.284
Algás	201
Cepal	743
Lifal	145
Casal	48
Total DESPESA	10.242

NOTA:

(1) Inclui Intra-Orçamentária

(2) Lei Estadual nº 7.871/2017 (LOA 2017)

Ainda, fica estipulado pela LOA, no caput do art. 6º autorizado o limite de 15% do total das despesas fixadas, exclusive as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Precatórios Judiciais, Dívida Pública Estadual e contrapartidas de convênios, conforme disposto no §7º do art. em questão. Esse percentual foi alterado ao longo do exercício pela Lei Estadual nº 7.958/2017 que estabeleceu em seu art. 1º o novo limite de 18% do total da despesa fixada na LOA 2017. Cabe destacar que essa autorização dada ao Poder Executivo se refere apenas as alterações orçamentárias das despesas do próprio Poder Executivo, sendo vedada tal ação quando se tratar dos Poderes Legislativos e Judiciários, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas. No caso de alterações orçamentárias para os Demais Poderes e Órgãos é necessária autorização do Poder Legislativo.

Em relação a contratação de Operações de crédito com instituições financeiras e organismos multilaterais, nacionais ou internacionais fica determinada em seu art. 7º da LOA, que o Poder Legislativo autorizou o Poder Executivo a fazer esse tipo de contratação, desde que seja sem prejuízo do que estabelece o art. 52, inciso V da Constituição Federal, no que se refere às operações de crédito externas, observadas as disposições específicas da Lei Estadual nº 7.728/2015.

Execução Orçamentária

A Execução Orçamentária pode ser definida como a utilização das dotações consignadas no orçamento anual enquanto a execução financeira representa a utilização dos recursos financeiros, visando a atender a realização das ações orçamentárias atribuídas a cada unidade. Diante disso, de acordo com o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), a execução orçamentário-financeira se refere ao processo de programação e realização da despesa levando-se em conta a disponibilidade financeira da administração e o cumprimento das exigências legais.

Nesse sentido, essa seção será destinada a discussão quanto à execução orçamentário-financeira do Estado de Alagoas ao longo do exercício de 2017. Para isso, a mesma será dividida em três tópicos: o primeiro será destinado a uma visão geral quanto à execução orçamentário-financeira do estado em 2017 com uma visão macro dos números; o segundo tópico tratará da execução da receita, inclusive comparando os resultados de 2017 com os resultados alcançados no exercício anterior; e finalmente o terceiro tópico discutirá a execução da despesa do estado no exercício e comparativamente com 2016.

Execução Orçamentária – Visão Geral

A receita realizada em 2017 alcançou o montante de R\$ 10.666 milhões em contrapartida a despesa do exercício totalizou R\$10.461 milhões, quando consideramos as despesas empenhadas. Pela ótica da liquidação, a despesa total foi de 99,7% do total empenhado, R\$10.437 milhões. O gráfico a seguir demonstra a receita realizada, bem como a despesa empenhada e liquidada em 2017.

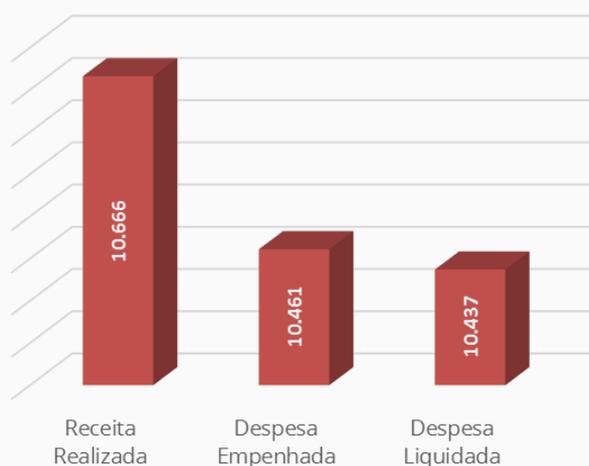


Gráfico 8 – Execução Orçamentária-Financeira 2017

NOTA:

- (1) Inclui Intra-Orçamentária
- (2) Fonte: Siafem/AL (Elaboração: Supof/Sefaz)

Comparando a receita realizada com a receita prevista atualizada, verifica-se que o percentual de realizaço foi de 96,1%. Ao segregarmos a receita em corrente e de capital, o percentual de realizaço foi de 99,1% e 59,1% do previsto, respectivamente.

Receita Estadual - Previsão x Realizaço 2017 (R\$ milhes)				
Discriminaço	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receita realizada (c)	% Realizado (c)/(b)
Receitas Correntes (a)	10.947	11.678	11.578	99,1%
Receita Tributária	4.457	4.623	4.625	100,0%
Receita de Contribuiço	1.634	1.911	1.840	96,3%
Receita Patrimonial	171	171	198	115,7%
Receita de Serviços	178	191	194	102,0%
Transferências Correntes	4.372	4.601	4.552	98,9%
Outras Receitas Correntes	136	181	169	93,1%
Receita de Capital (b)	509	630	372	59,1%
Operações de Crédito	24	145	124	85,9%
Alienaço de Bens	0	0	0	139,9%
Amortizaço de Empréstimos	-	-	1	-
Transferências de Capital	485	485	247	50,9%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Deduções (c)	1.213	1.213	1.285	105,9%
Formaço do FUNDEB	1.213	1.213	1.285	105,9%
TOTAL DA RECEITA = (a) + (b) - (c)	10.242	11.095	10.666	96,1%

NOTA:

(1) Inclui Intra-Orçamentária

(2) Fonte: Siafem/AL

Com relaço à reestimativa da receita, ao longo de 2017 a Fazenda Estadual realizou três reavaliações ao longo do ano com o intuito de ajustar o orçamento buscando o equilíbrio fiscal por meio do monitoramento realizaço de receita e adequaço da execuço da despesa considerando as expectativas ao longo do ano. As Notas Técnicas referentes a reestimativa da receita foram elaboradas pela Superintendência de Política Fiscal da Sefaz/AL e encontram-se disponíeis na página da Secretaria (www.sefaz.al.gov.br/financas).

Quando avaliamos a 3ª reestimativa de receita elaborada pela Sefaz e comparamos com a receita realizada verificamos que a margem de erro de Alagoas em 2017 foi de 1,23%, resultado importante que demonstra o controle da execuço orçamentária no Estado de Alagoas. Esse resultado inclusive é notório e foi fundamental para a avaliaço do desempenho do Indicador "Sucesso na Execuço Orçamentária" em relaço ao ano-base 2016, que recebeu nota máxima (100,00) dentre os indicadores que compõem o Pilar de Solidez Fiscal do Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado anualmente pelo

Centro de Liderança Pública – CLP. Auxiliando o estado a alcançar a 2º posição no ranking nacional no referido Pilar.

A execução da despesa do Estado em 2017 alcançou 90,0% da dotação atualizada quando considera a despesa empenhada no exercício, quando se faz essa análise considerando a despesa liquidada o percentual de execução fica em 89,8%. Essa análise segregada por categoria de despesa demonstra uma execução de 95,3% com relação às despesas correntes; já as despesas de capital apresentam uma execução de aproximadamente 56,9%. Dentre os grupos de despesas, os que apresentam maior nível de execução são Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida e Pessoal e Encargos Sociais com percentuais de execução de 99,2%, 97,7% e 97,7% da dotação estipulada para o ano, respectivamente.

Despesa Estadual - Previsão x Realização 2017 (R\$ milhões)						
Discriminação	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Despesa Empenhada (c)	Despesa Liquidada (d)	% Emp/Atualizado (c)/(b)	% Liq/Atualizado (d)/(b)
Despesas Correntes	9.222	10.019	9.548	9.532	95,3%	95,1%
Pessoal e Encargos Sociais	6.083	6.555	6.402	6.402	97,7%	97,7%
Juros e Encargos da Dívida	346	212	211	211	99,2%	99,2%
Outras Despesas Correntes	2.793	3.252	2.936	2.919	90,3%	89,8%
Despesas de Capital	1.013	1.604	912	905	56,9%	56,4%
Investimentos	844	1.318	640	633	48,6%	48,0%
Inversões Financeiras	3	21	13	13	63,4%	63,4%
Amortização da Dívida	165	265	259	259	97,7%	97,7%
Reserva de Contingência	7	-	-	-	0,0%	0,0%
TOTAL DA DESPESA	10.242	11.623	10.461	10.437	90,0%	89,8%

NOTA:

(1) Inclui Intra-Orçamentária

(2) Fonte: Siafem/AL

o que se refere ao limite autorizado pelo Poder Legislativo quanto à realização de alterações orçamentárias de 18%, de acordo com Relatório de Limites de Crédito elaborado pela Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – Seplag, o Poder Executivo realizou créditos adicionais dentro dos limites estabelecidos, uma vez que a realização de créditos adicionais chegou ao montante de 15,3% (R\$1.583 milhões), conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

Limite de Créditos Adicionais 2017 (R\$ milhões)	
Discriminação	Valor
Orçamento Inicial - Lei 7.871/2017	10.242
Limite - 18% - Lei 7.958/2017 (Art. 1º)	1.844
Créditos Adicionais	1.583
% Realização de Créditos	15,3%

Fonte: Seplag/AL

Receita

Ao se elaborar o orçamento, o princípio do equilíbrio orçamentário deve ser levado em consideração. Para isso, é necessário que se analise a capacidade de arrecadação do Governo, tendo em vista que é a partir da expectativa de receita para o exercício que as despesas devem ser fixadas.

Conforme já observado na seção anterior, em 2017 a receita total arrecadada pelo estado de Alagoas atingiu o montante de R\$ 10.666 milhões, correspondendo a 96,1% da previsão atualizada para o exercício. Do total arrecadado, 93,8% foram provenientes de Receita Corrente, 3,5% de Receita de Capital e 14,8% de Receita Intra-Orçamentária, corrente e de capital.

Execução da Receita 2017 (R\$ milhões)				
Discriminação	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receita Realizada (c)	% Realizado (c) / (b)
Receita Corrente	9.505	9.959	10.003	100,4%
(-) Deduções - Formação Fundeb	1.213	1.213	1.285	105,9%
Receita de Capital	498	619	371	59,9%
Receita Intraorçamentária	1.453	1.730	1.577	91,2%
Corrente	1.442	1.719	1.575	91,7%
de Capital	11	11	1	13,5%
TOTAL DA RECEITA	10.242	11.095	10.666	96,1%

NOTA:

(1) Inclui Intra-Orçamentária

(2) Fonte: Siafem/AL

Analisando o ano de 2017, a arrecadação estadual apresentou uma queda de 2,0% (- R\$ 220 milhões) com relação ao ano de 2016. Excluindo-se as receitas intra-orçamentárias, a arrecadação anual caiu em 3,1% (- R\$ 287 milhões). Ao se analisar a arrecadação por categoria econômica, percebe-se que esse resultado é consequência direta do desempenho da

receita corrente que foi menor em 2017 em 3,4%.

As **Receitas Correntes** são aquelas destinadas a cobrir as despesas orçamentárias que visam a manutenção das atividades governamentais. São as receitas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes.

Comparativo da Arrecadação Estadual (R\$ milhões)			
Discriminação	Receita Realizada 2016	Receita Realizada 2017	Δ% 2017/2016
Receita Corrente	10.358	10.003	-3,4%
(-) Deduções - Formação Fundeb	1.309	1.285	-1,9%
Receita de Capital	327	371	13,5%
Receita Intraorçamentária	1.510	1.577	4,4%
Corrente	1.503	1.575	4,8%
De Capital	7	1	-
TOTAL DA RECEITA	10.886	10.666	-2,0%
TOTAL DA RECEITA (exceto intraorçamentária)	9.376	9.089	-3,1%

NOTA:

(1) Fonte: Siafem/AL

Nesse ponto, é importante colocar que a realização a menor da receita em 2017 é consequência direta do ingresso de recursos sazonal no final de 2016 provenientes da Regularização de Ativos no Exterior (Repatriação/FPE), além da entrada de R\$267 milhões decorrentes da venda da folha e demais serviços financeiros do estado. Se excluirmos o valor da Repatriação/FPE (R\$354.729.910,55, já deduzido o valor transferido para formação do Fundeb) e o valor da venda da folha e demais serviços financeiros (R\$267.000.000,00), terá uma receita total em 2016 de R\$10.264 milhões. Essa receita quando comparada com a realizada em 2017 demonstra que a receita total apresentou um crescimento de 3,9% (+402 milhões).

Em relação às receitas de Capital, essas apresentaram um aumento de 13,5% em relação ao ano anterior, registrando entrada de recursos a maior da ordem de R\$ 44,1 milhões. Quanto ao desempenho na arrecadação de Receita Intra-Orçamentária, esta apresentou um resultado maior em 4,4% (+R\$ 66,8 milhões).

Para facilitar a análise, será realizada uma breve descrição quanto à realização das receitas por rubrica.

Receita Corrente

Analisando a Receita Corrente, deduzida as transferências para formação do Fundeb, verifica-se que estas totalizaram R\$ 8.718 milhões no ano corrente. A principal fonte de arrecadação do estado de Alagoas em 2017 são as Receitas Tributárias com participação na arrecadação de 46,4% (R\$ 4.043 milhões), seguido pela de Transferências Correntes que foi responsável por 44,1% das receitas correntes (R\$ 3.844 milhões). As demais receitas foram responsáveis por 9,5% (R\$ 830 milhões). Nesse ponto é importante salientar que em

2017 a arrecadação própria foi superior as transferências correntes.

Receita Corrente (R\$ Milhões)					
DISCRIMINAÇÃO	2016	% PART/RC 2016	2017	% PART/RC 2017	Δ % 2017/2016
Receita Tributária Líquida	3.856	42,6%	4.043	46,4%	4,9%
Receita de Contribuições	296	3,3%	274	3,1%	-7,3%
Receita Patrimonial	170	1,9%	198	2,3%	16,8%
Receita de Serviços	141	1,6%	193	2,2%	36,6%
Transferências Correntes Líquidas	4.115	45,5%	3.844	44,1%	-6,6%
Outras Receitas Correntes	472	5,2%	165	1,9%	-65,0%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE (RC)	9.049	100,0%	8.718	100,0%	-3,7%

NOTA:

(1) Fonte: Siafem/AL

Dentre as receitas que compõe a Receita Corrente, a Receita de Serviços, a Receita Patrimonial e a Receita Tributária apresentaram crescimento de 36,6% (+R\$ 51,7 milhões), 16,8% (+R\$ 28,4 milhões), 4,9% (+R\$ 187,2 milhões), respectivamente.

Conforme explicado no início deste tópico, a Receita Corrente é importante devido ao fato de que elas são destinadas à manutenção das atividades governamentais. Além disso, devido as suas características, a maior parte das rubricas que compõe esse grupo de receita apresenta um comportamento regular. Diante disso, as subcategorias econômicas que compõe a Receita Corrente serão objeto de análise a seguir.

(i) Receita Tributária

O total arrecadado no ano de 2017 referente à Receita Tributária líquida atingiu o montante de R\$ 4.043,4 milhões, representando um aumento de 4,9% em comparação ao mesmo período de 2016 quando se arrecadou o total de R\$ 3.855,6 milhões. Esse incremento foi reflexo direto do aumento na arrecadação de impostos que em 2017 totalizou R\$ 4.565,8 milhões, resultado superior em R\$ 191,0 milhões em relação ao alcançado em 2016 quando se realizou o montante de R\$ 4.374,8 milhões. A arrecadação decorrente de taxas apresentou crescimento de 15,4% em 2017 quando comparado com o exercício anterior (+R\$ 7,8 milhões).

Impostos, Taxas e Contribuiões de Melhoria (R\$ milhões)			
Discriminaão	2016	2017	Δ% 2017/2016
Impostos	4.374,8	4.565,8	4,4%
IR	371,6	432,9	16,5%
IPVA	290,1	271,0	-6,6%
ITCD	11,4	9,9	-13,1%
ICMS	3.510,8	3.616,1	3,0%
FECOEP	191,0	236,0	23,6%
Taxas	50,9	58,8	15,4%
Exercício do Poder de Polícia	19,8	28,7	45,0%
Prestação de Serviços	31,1	30,0	-3,4%
Contribuião de Melhoria	0,0	0,0	-94,6%
(-) Deduão Formaaõ Fundeb	(570,1)	(581,2)	1,9%
RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA	3.855,6	4.043,4	4,9%

NOTA:

(1) Fonte: Siafem/AL

Com relaão à arrecadaão de impostos, todos os tributos estaduais, com exceão do Imposto Sobre Transmissã Causa Mortis e Doaões – ITCD e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, apresentaram em 2017 resultados superiores aos alcanados no exercício anterior.

A arrecadaão de ICMS representou 79,2% do total das receitas tributárias realizadas no ano de 2017. Neste mesmo ano a arrecadaão de ICMS em Alagoas apresentou um crescimento de 3,0%, quando comparada com o realizado em 2016 (+R\$ 105,3 milhões). O recolhimento de adicional de ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza - FECOEP atingiu o montante total de R\$ 236,0 milhões no ano de 2017, incremento de 23,6%. Esse aumento é decorrente do fato de que as alteraões promovidas pela Lei nº 7.742/2015 na legislaão do Adicional de ICMS, só tiveram efeitos a partir de fevereiro de 2016 em decorrência do disposto do inciso III do art. 150 da CF/88, e não ao longo de todo o exercício como ocorreu em 2017.

Com relaão ao IPVA, a arrecadaão total desse tributo em 2017 foi de R\$ 271,0 milhões contra uma arrecadaão de R\$ 290,1 milhões em 2016, queda de 6,6% (-R\$ 19,1 milhões). No caso específico do IPVA, a entrada de recursos a menor em 2017 pode ser explicada por duas particularidades: (i) a realizaão do Profis/IPVA em 2016, autorizado por meio da Lei nº 7.765/2015; e (ii) a reduão da alíquota do IPVA autorizado por meio da Lei nº 7.862/2016 que teve reflexo direto na arrecadaão desse tributo em 2017.

No ano de 2017, o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF apresentou um aumento de 4,4% (+ R\$ 61,3 milhões), alcanando o montante de R\$ 432,9 milhões no ano. O montante

de ITCD arrecadado no ano de 2017 totalizou R\$ 9,9 milhões, representando uma queda de 13,1% (-R\$ 1,5 milhões) em relaço ao total realizado em 2016 que foi de R\$ 11,4 milhões.

Já a arrecadaço de Taxas apresentou resultado positivo de R\$ 58,8 milhões, representando um incremento de 15,4% em relaço ao mesmo período de 2016. Vale ressaltar que este resultado foi consequência do aumento de 45,0% nas taxas decorrentes do exercício do Poder de Polícia, enquanto que as taxas relacionadas à prestação de serviços reduziram em 3,4% (-R\$ 1,1 milhões).

(ii) Receita de Contribuiçoes

As Receitas de Contribuiçoes são provenientes da contribuiço realizada pelos servidores estaduais para a Previdêcia Social. A Receita de Contribuiçoes em 2017 totalizou R\$ 274,2 milhões, sendo menor em R\$ 7,3% em relaço ao ano de 2016, que alcançou o patamar de R\$ 295,9 milhões.

(iii) Receita Patrimonial

A Receita Patrimonial é resultante das entradas de recursos decorrentes de investimentos e outros rendimentos do ativo permanente, bem como aplicaçoes financeiras, ou seja, se refere a receitas financeiras. Visando uma melhor rentabilidade para as aplicaçoes financeiras do Estado, no início de 2017 a Sefaz/AL instituiu junto à Caixa Econômica Federal o Fundos Exclusivo de Investimento CAIXA Alagoas. A partir disso, a Superintendêcia do Tesouro Estadual implementou uma política educaço financeira junto aos diversos órgões do estado, no sentido de demonstrá-los as vantagens da aplicaço no Fundo em decorrêcia das aplicaçoes praticadas historicamente pelos mesmo.

O resultado dessa nova política de investimento para o Estado está refletido nos números auferidos em 2017 pela Receita que apresentou incremento de 16,8% (+R\$ 28,4 milhões) em relaço ao realizado em 2016, impactado diretamente pelo aumento de 17,0% nas Receitas de Valores Mobiliários (remuneraço decorrente das aplicaçoes financeiras).

Receita Patrimonial (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2016	2017	Δ% 2017/2016
Receitas Imobiliárias	6,4	7,0	10,7%
Receitas de Valores Mobiliários	163,2	190,9	17,0%
RECEITA PATRIMONIAL	169,5	198,0	16,8%

Fonte: Siafem/AL

(iv) Receita de Serviços

Com relação à Receita de Serviços, ou seja, receitas decorrentes de prestação de diversos serviços (transporte, saúde, comunicação, inspeção, fiscalização e outros) a arrecadação em 2017 foi de R\$ 193,0 milhões, 36,6% superior ao realizado em 2016 que foi de R\$ 141,3 milhões (+R\$ 51,7 milhões), influenciado principalmente pelos aumentos de 381,6% em serviços administrativos e de 16,0% nos serviços do Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas – DETRAN.

Receita de Serviços (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2016	2017	Δ % 2017/2016
Serviços de Saúde	24,0	22,8	-5,0%
Serviços Administrativos	9,5	46,0	381,6%
Serviços Administrativos de Trânsito	104,7	121,5	16,0%
Outros Serviços	3,1	2,7	-12,9%
RECEITA DE SERVIÇOS	141,3	193,0	36,6%

Fonte: Siafem/AL

(v) Transferências Correntes

No caso do estado de Alagoas, os recursos provenientes das transferências correntes foram, em 2017, a segunda principal fonte de receita, sendo responsável por 44,1% do total da Receita Corrente. Dentre as transferências que compõe essa categoria, a principal são as provenientes do Fundo de Participação dos Estados (FPE) que corresponde a 90,9% do total das transferências correntes.

Analisando os resultados dispostos na tabela a seguir, nota-se que houve uma queda nas receitas de transferências correntes de 6,6% (-R\$ 270,7 milhões), sendo que as transferências intergovernamentais diminuíram em 5,8% (-R\$ 273,3 milhões), influenciadas principalmente pela queda nas transferências do Fundeb (↓ 30,9%; -R\$ 41,3 milhões) e do FPE (↓ 5,0%; +R\$ 185,4 milhões), é importante destacar que esta foi resultado do fato de que, no ano de 2017, as receitas extraordinárias (Repatriação) não aconteceram. No que

diz respeito às receitas de convênio, estas apresentaram um resultado negativo de 26,9% (-R\$ 32,1 milhões).

Transferências Correntes (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2016	2017	Δ % 2017/2016
Transf. Intergovernamentais	4.733,3	4.460,0	-5,8%
FPE	3.680,7	3.495,3	-5,0%
Fundeb	654,1	609,1	-6,9%
SUS	239,9	243,0	1,3%
Demais Transferências	158,7	112,7	-29,0%
Transf. Convênios	119,2	87,1	-26,9%
Transf. Instituições Privadas	1,5	0,6	-63,3%
(-) Dedução Formação Fundeb	(739,0)	(703,4)	-4,8%
TRANSF. CORRENTES LÍQUIDAS	4.115,1	3.844,4	-6,6%

NOTA:

(1) Fonte: Siafem/AL

Também merecem destaque nas Demais Transferências Correntes o aumento em 39,0% (+R\$ 6,7 milhões) na realização de receita da Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico (CIDE), decorrente da retomada da incidência dessa contribuição sobre combustíveis.

As **receitas de transferências correntes** são recursos provenientes de outros entes, instituições ou pessoas para custear despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência.

(vi) Outras Receitas Correntes

A realização de outras receitas correntes foi de R\$ 165,2 milhões no exercício corrente contra uma realização de R\$ 471,7 milhões em 2016 (↓65,0%; -R\$ 306,5 milhões). É importante destacar que essa redução se deu pelo fato de que em 2016 houve um incremento nas outras receitas correntes devido à venda da folha e demais serviços financeiros do estado e da entrada de recursos decorrentes da Compensação Previdenciária do Regime Geral e Regime Próprio de Previdência – Comprev.

Receita de Capital

No exercício de 2017 a realização de Receita de Capital apresentou um incremento de 13,5%, equivalente a +R\$ 44,1 milhões. Analisando o detalhamento dessas receitas, nota-se que as receitas provenientes de operações de crédito foram as que mais impactaram no

crescimento (+124,1 milhões) em decorrência do primeiro desembolso do Programa Conecta Alagoas firmado junto ao Banco do Brasil no valor de R\$120 milhões.

Receita de Capital (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2016	2017	Δ % 2017/2016
Operações de Crédito	0,3	124,4	45.211,6%
Alienação de Bens	0,2	0,1	-8,7%
Amortização de Empréstimos	0,2	0,6	132,2%
Transferências de Capital	325,9	245,6	-24,6%
Outras Receitas de Capital	0,0	-	-100,0%
TOTAL DA RECEITA DE CAPITAL	326,6	370,7	13,5%

Fonte: Siafem/AL

Despesa

No exercício de 2017 o estado de Alagoas executou 90,0% da previsão atualizada das despesas, sendo que no caso das despesas correntes a *performance* do estado foi de 94,7% do previsto. Quando comparado a execução com a dotação inicial o resultado alcança 113,5% de execução. A tabela a seguir demonstra o desempenho da execução da despesa por categoria econômica.

Execução da Despesa Estadual 2017 (R\$ milhões)				
Discriminação	Dotação inicial (a)	Dotação atualizada (b)	Despesa empenhada (c)	% Realizado (c)/(b)
Despesa Corrente	7.779,9	8.385,5	7.938,8	94,7%
Despesa de Capital	1.002,5	1.601,8	910,7	56,9%
Despesa Intraorçamentária	1.453,0	1.635,5	1.611,1	98,5%
Corrente	1.442,3	1.633,7	1.609,6	98,5%
De Capital	10,7	1,8	1,5	83,3%
Reserva de Contingência	7,1	-	-	-
TOTAL DA DESPESA	10.242,5	11.622,8	10.460,6	90,0%

Fonte: Siafem/AL

As **despesas correntes** são aquelas destinadas à manutenção e funcionamento dos serviços públicos gerais, como por exemplo: despesas com pessoal e encargos sociais, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com serviços de utilidade pública (como por exemplo, água, energia, telefone, etc), dentre outros. Em resumo, são alocadas nessa categoria as despesas que não concorrem para ampliação dos serviços prestados pelo governo ou para a expansão das suas atividades.

As **despesas de capital** são aquelas efetuadas pela Administração Pública com a intenção de adquirir ou constituir bens de capital que aumentarão o patrimônio público, em geral com o objetivo de expandir a oferta de bens e serviços à disposição da sociedade tais como: aquisição de máquinas equipamentos, realização de obras, aquisição de participações acionárias de empresas, aquisição de imóveis, concessão de empréstimos para investimento. Também é classificado como despesas de capital todo o dispêndio vinculado à amortização da dívida do Estado.

Quanto a composição da despesa em 2017, os gastos com Pessoal e Encargos Sociais foi o item de maior relevância, responsável por 57,7% do total executado (R\$ 4.838,3 milhões), seguido por Outras Despesas Correntes que corresponderam 34,5% (R\$ 2.889,8 milhões), e na sequência o dispêndio com o serviço da dívida (juros + amortização) que foi responsável por 5,3% (R\$ 469,6 milhões). Por último, temos as despesas com Investimentos e Inversões Financeiras, que foram responsáveis por 7,4% da despesa executada (R\$ 651,9 milhões), conforme apresentado no gráfico a seguir.

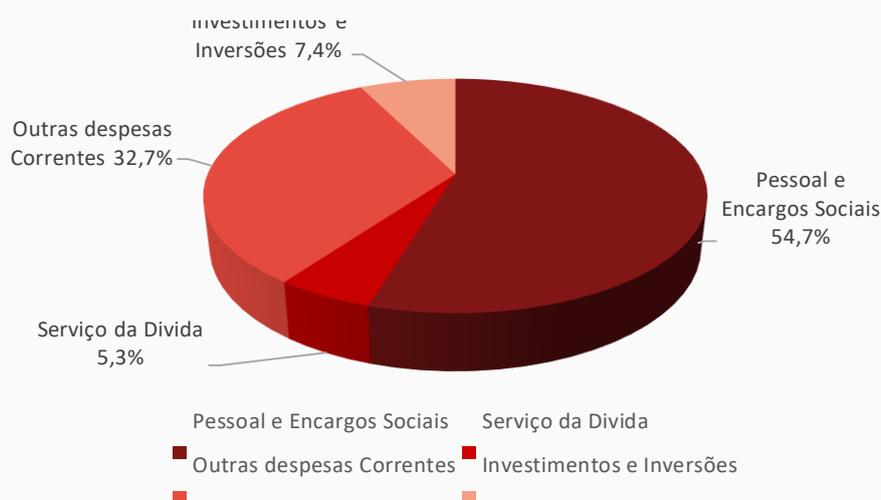


Gráfico 9 – Participação na Execução da Despesa 2017

Fonte: Siafem/AL (Elaboração: Supof/Sefaz-AL)

Comparativamente a 2016, a execução da despesa em 2017 foi superior em 3,6% (+R\$ 310,2 milhões). As Despesas Correntes cresceram 3,6% em relação a 2016, principalmente pela expansão de 54,1% nas despesas com juros e encargos da dívida (+R\$ 74,0 milhões) e de 5,7% (+R\$ 262,6 milhões) na despesa de pessoal, em contrapartida as outras despesas correntes apresentaram uma redução de 2,0%. Analisando as Despesas de Capital, estas sofreram um aumento de 3,7% (+R\$ 32,7 milhões) no mesmo período, principalmente em decorrência dos aumentos nos valores referentes às despesas com inversões financeiras na ordem de 189,1% (+R\$ 8,3 milhões) e nas com investimentos de 10,6% (+R\$ 61,5 milhões).

Comparativo da Execução da Despesa por Categoria e Grupo 2017 (R\$ milhões)			
Discriminação	Despesa Empenhada 2016	Despesa Empenhada 2017	Δ% 2017/2016
Despesa Corrente	7.661,3	7.938,8	3,6%
Pessoal e Encargos Sociais	4.575,8	4.838,3	5,7%
Juros e Encargos da Dívida	136,7	210,7	54,1%
Outras Despesas Correntes	2.948,8	2.889,8	-2,0%
Despesa de Capital	878,0	910,7	3,7%
Investimento	577,6	639,1	10,6%
Inversão Financeira	4,4	12,8	189,1%
Amortização da Dívida	296,0	258,8	-12,5%
Despesa Intraorçamentária	1.482,9	1.611,1	8,6%
Corrente	1.474,2	1.609,6	9,2%
De Capital	8,7	1,5	-82,9%
TOTAL DA DESPESA	10.022,2	10.460,6	4,4%
TOTAL DA DESPESA (exceto intraorçamentária)	8.539,3	8.849,5	3,6%

Fonte: Siafem/AL

A análise da execução das despesas por Função de Governo demonstra que dentre as funções que tiveram incremento em sua execução em 2017 com relação ao ano anterior, merecem destaque os gastos realizados com Transporte (+R\$ 107,2 milhões), Assistência Social (+R\$ 19,7 milhões), Urbanismo (+R\$ 16,7 milhões), Agricultura (+R\$ 13,5 milhões), Cultura (+R\$ 8,3 milhões) e Desporto e Lazer (+R\$ 3,5 milhões).

Comparativo da Execução da Despesa por Função 2017 (R\$ milhões)			
Discriminação	Despesa Empenhada 2016	Despesa Empenhada 2017	Δ% 2017/2016
01 – Legislativa	279,4	278,1	-0,5%
02 – Judiciária	526,9	534,7	1,5%
03 – Essencial à Justiça	161,4	177,9	10,2%
04 – Administração	1.565,1	593,6	-62,1%
06 – Segurança Pública	1.236,7	1.300,9	5,2%
08 – Assistência Social	12,3	32,0	160,3%
09 – Previdência Social	1.753,1	1.826,6	4,2%
10 – Saúde	1.134,8	1.125,6	-0,8%
12 – Educação	1.224,1	1.199,9	-2,0%
13 – Cultura	12,7	21,0	65,6%
14 – Direitos da Cidadania	179,2	199,1	11,1%
15 – Urbanismo	5,4	22,1	307,7%
18 – Gestão Ambiental	187,7	164,8	-12,2%
20 – Agricultura	119,9	133,4	11,2%
26 – Transporte	172,0	279,2	62,3%
27 – Desporto e Lazer	6,2	9,7	55,5%
28 – Encargos Especiais	1.294,2	2.423,0	87,2%
Outras Funções	151,1	139,1	-7,9%
TOTAL DA DESPESA	10.022,2	10.460,6	4,4%
TOTAL DA DESPESA (exceto intraorçamentária)	8.539,3	8.849,5	3,6%

Fonte: Siafem/AL

De acordo com a execuão da despesa por funão, em 2017, 75,3% do total foram destinados para as áreas de Encargos Especiais (23,2%) Previdêcia (17,5%), Segurana (12,4%), Educaão (11,5%) e Saúde (10,8%).

Quando se analisa a execuão das despesas por Poderes, percebe-se que conforme demonstrado na tabela a seguir, em 2017 as despesas executadas pelo Poder Executivo somaram R\$ 7.961,8 milhões enquanto que em 2016 esse valor foi de R\$ 7.687,1 milhões, representando um aumento de 3,7% no período (+R\$ 283,7 milhões).

Despesa por Poder (R\$ milhões)			
Discriminaão	Despesa Empenhada 2016	Despesa Empenhada 2017	Δ% 2016/2015
Demais Poderes e Órgãos	861,2	887,7	3,1%
Assembleia Legislativa	170,3	182,7	7,3%
Tribunal de Contas	75,5	67,4	-10,7%
Tribunal de Justiça	454,1	459,3	1,1%
Ministério Público	125,5	137,5	9,6%
Defensoria Pública	35,8	40,8	14,0%
Poder Executivo	7.678,1	7.961,8	3,7%
TOTAL DA DESPESA	8.539,3	8.849,5	3,6%

Fonte: Siafem/AL

No que diz respeito aos Demais Poderes, a análise dos dados demonstra todos os poderes exceto o Tribunal de Contas (↓10,7%; - 8,1 milhões), apresentaram aumento em suas despesas, Assembleia Legislativa (↑7,3%; +R\$ 12,4 milhões), do Tribunal de Justiça (↑1,1%; +R\$ 5,2 milhões), do Ministério Público (↑9,6%; +R\$ 12,0 milhões) e Defensoria Pública (↑14,0%; +R\$ 5,0 milhões). No somatório, os Demais Poderes e Órgãos executaram o montante de R\$ 887,7 milhões em 2017 contra uma execuão de R\$ 861,2 milhões no ano anterior.

A análise da despesa pela ótica da fonte de financiamento evidencia que os recursos provenientes do Tesouro Estadual (0100 – Recursos Ordinários) foram responsáveis pelo financiamento de aproximadamente 63,1% da execuão em 2017, em valores absolutos isso corresponde a R\$ 5.585,5 milhões, representando um aumento de 6,3% em relação a 2016. A segunda fonte de financiamento mais importante foi o Fundeb que financiou despesas da ordem de R\$ 556,1 milhões.

Comparativo da Despesa por Fonte de Recursos (R\$ milhões)				
Discriminaçãõ	Despesa empenhada 2016	Despesa empenhada 2017	Δ % 2017/2016	
0100 Recursos Ordinários	5.256,9	5.585,5	6,3%	
0103 CIDE	16,9	22,4	32,4%	
0106 FEP	8,1	14,8	84,1%	
0107 Salário Educação – Estadual	21,8	9,9	-54,5%	
0108 Salário Educação – Federal	4,5	2,8	-37,4%	
0109 Royalties	29,1	20,9	-28,1%	
0110 Convênios	396,5	280,3	-29,3%	
0112 Taxa de Prevenção à Incêndio	0,2	3,9	1696,2%	
0113 Fundeb	580,9	556,1	-4,3%	
0114 Recursos Hídricos	6,6	11,1	67,5%	
0115 Fundo Proteção e Combate à Incêndio	1,3	2,6	99,4%	
0116 FECOEP	45,5	79,5	74,5%	
0120 SUS	232,4	201,3	-13,4%	
0121 Serviços Hospitalares – CBM	0,1	0,0	-54,3%	
0122 Fundo Estadual de Defesa Civil	0,9	0,5	-48,4%	
0123 Transf. Obrigatórias da União	6,5	27,0	317,0%	
0148 Operações de Crédito	0,3	7,7	2911,9%	
0150 Proconfis	12,3	14,2	15,7%	
0152 Proinvest	7,8	-	-100,0%	
0158 Depósitos Judiciais	41,5	-	-100,0%	
0202 Recursos Próprios – Previdência	1.661,2	1.793,9	8,0%	
0291 Recursos da Adm. Indireta	208,0	215,0	3,3%	
TOTAL DA DESPESA	8.539,3	8.849,5	3,6%	

Fonte: Siafem/AL

As próximas subseções serão destinadas ao detalhamento das Despesas Correntes e das Despesas de Capital, inclusive comparando o montante executado em 2017 com o do ano anterior.

Despesa Corrente

Ao serem analisadas as despesas correntes apresentadas, pode-se perceber que, no ano de 2017, houve um aumento de 3,6% (+R\$ 277,5 milhões) em relação ao ano anterior. Dentre os grupos de despesa, o maior aumento foi em Juros e Encargos da dívida que executou R\$ 210,7 milhões no acumulado de 2017 contra R\$ 136,7 milhões em 2016 (↑54,1%;+R\$ 74,0 milhões). Este comportamento foi decorrente das renegociações estabelecidas no Acordo Federativo celebrado entre União e Estados em meados de 2016 que resultou na LC nº 156/2016. Desta forma, o Estado de Alagoas obteve redução de 100% nas prestações de três meses referentes a Dívida Lei nº 9.496/97 em 2016 e desde janeiro/2017 (com término em junho/2018) as parcelas de pagamento da referida dívida

recebem descontos decrescentes conforme o previsto no Art. 3º da citada lei. No entanto, no que diz respeito a participação no total das despesas, o grupo de Pessoal e Encargos Sociais representou a maior participação nas despesas correntes sendo responsável pela execução de 60,9% do total dessa categoria econômica.

Despesas Correntes (R\$ milhões)					
Discriminação	Despesa Empenhada				Δ % 2017/2016
	2016	% PART.	2017	% PART.	
Pessoal e Encargos Sociais	4.575,8	59,7%	4.838,3	60,9%	5,7%
Juros e Encargos da Dívida	136,7	1,8%	210,7	2,7%	54,1%
Outras Despesas Correntes	2.948,8	38,5%	2.889,8	36,4%	-2,0%
Despesas Correntes	7.661,3	100,0%	7.938,8	100,0%	3,6%

Fonte: Siafem/AL

Quanto aos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, pode-se perceber que no ano de 2017 o dispêndio foi superior em relação ao gasto no ano de 2016 em 5,7% (+R\$ 277,5 milhões).

Com relação às Outras Despesas Correntes, em 2017 essas despesas somaram R\$ 2.889,8, redução de 2,0% com relação a 2016 quando a execução foi de R\$ 2.984,8 milhões. Esse grupo de despesa pode se subdividir em despesas com transferências que tiveram uma participação de 37,2% do total, e as despesas de custeio foram responsáveis pelos outros 62,8%. A variação das despesas com transferências entre 2016 e 2017 foi de 1,6%, e as despesas de custeio variaram em 4,0%, no mesmo período.

Pessoal e Encargos Sociais

Conforme pode ser verificado na tabela a seguir, o crescimento de 5,7% foi resultado do aumento de 90,8% nas demais despesas de pessoal, 28,3% nas relacionadas a contratação por tempo determinado e de 41,2% nas Indenizações e Sentenças Judiciárias. É importante destacar que o crescimento das demais despesas de pessoal e encargos sociais ocorreu em função dos reajustes salariais concedidos aos poderes do Estado de Alagoas ao longo do ano de 2017. Em sua maioria os ajustes foram realizados no intuito de compensar os efeitos causados pela inflação do exercício anterior, sendo assim, foram correspondentes ao percentual de 6,29% medido pelo Índice de Preços e ao Consumidor Amplo – IPCA em 2016.

Pessoal e Encargos Sociais (R\$ milhões)			
Discriminação	Despesa empenhada 2016	Despesa empenhada 2017	Δ % 2017/2016
Pessoal Ativo	2.555,1	2.583,0	1,1%
Pessoal Inativo e Pensionista	1.760,3	1.900,6	8,0%
Contratação por Tempo Determinado	77,4	99,3	28,3%
Obrigações Patronais	47,7	48,9	2,5%
Indenizações e Sentenças Judiciárias	103,7	146,4	41,2%
Demais Despesas de Pessoal	31,5	60,0	90,8%
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.575,8	4.838,3	5,7%

Fonte: Siafem/AL

No caso das despesas com pessoal inativo, o aumento foi de 8,0%, enquanto que as despesas com indenizações e sentenças judiciais e as contratações por tempo determinado apresentaram aumento de 41,2% e 28,3%, respectivamente, em relação ao ano de 2016.

Juros e Encargos da Dívida

Em que pese conceitualmente a amortização da dívida ser classificada como despesas de capital, para fins didáticos, optou-se pela estratégia de analisar o dispêndio total realizado com a relação ao pagamento da Dívida Estadual considerando o somatório dos juros e amortizações da dívida. Nesse sentido, o total realizado em 2017 referente a essas despesas foi de R\$ 469,6 milhões, apresentando uma variação positiva de 8,5% (+R\$ 36,8 milhões) quando comparado com o realizado no ano anterior.

Juros e Encargos da Dívida (R\$ milhões)					
Discriminação	Despesa Empenhada				Δ % 2017/2016
	2016	% PART.	2017	% PART.	
Juros e Encargos da Dívida	136,7	31,6%	210,7	44,9%	54,1%
Amortização da Dívida	296,0	68,4%	258,8	55,1%	-12,5%
TOTAL DO SERVIÇO DA DÍVIDA	432,7	100,0%	469,6	100,0%	8,5%

Fonte: Siafem/AL

Outras Despesas Correntes

O total de despesas registradas como outras despesas correntes apresentou uma redução de 2,0% entre os exercícios de 2016 e 2017, consequência direta da contração de 4,0% nas despesas com custeio, devido às reduções de despesas com material de consumo no montante de 36,7% (-R\$ 59,4 milhões), com indenizações e restituições de 19,1% (-R\$ 16,5 milhões) e demais despesas com custeio em 42,6% (-R\$ 113,7 milhões).

Outras Despesas Correntes (R\$ milhões)			
Discriminação	Despesa Empenhada 2016	Despesa Empenhada 2017	Δ % 2017/2016
Transferências aos Municípios	1.056,5	1.073,6	1,6%
Custeio	1.892,3	1.816,2	-4,0%
Serviços de Terceiros - Pessoa Física e Jurídica	981,4	947,9	-3,4%
Material de Consumo	161,8	102,4	-36,7%
Contribuições	150,1	252,3	68,1%
Indenizações e Restituições	86,7	70,1	-19,1%
Obrigações Tributárias e Contributivas	114,3	110,6	-3,2%
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	70,7	77,1	9,0%
Locação de Mão de Obra	60,4	102,6	69,8%
Demais Despesas de Custeio	266,9	153,2	-42,6%
TOTAL DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.948,8	2.889,8	-2,0%

Fonte: Siafem/AL

No que tange as despesas especificamente de custeio, observa-se que os gastos com serviços de terceiros é responsável por de 52,2% do total do custeio e que no exercício atual esse elemento da despesa teve diminuição de 3,4%, com execução de R\$ 947,9 milhões em 2017 contra uma execução de R\$ 981,4 milhões em 2016.

O segundo em valor no custeio do estado é a despesa com Contribuições que apresentou um crescimento de 68,1%. Já a despesa com aquisição de material de consumo cresceu 5,6%, execução superior em R\$ 59,4 milhões comparado ao total de 2016.

A tabela a seguir, explana que 71,5% dos gastos com serviços de terceiros estão relacionados aos dos serviços prestados nas áreas de Saúde, Educação, Segurança Pública e Direitos da Cidadania, sendo que o dispêndio com Saúde foi responsável por 40,6% (R\$ 384,9 milhões) daqueles gastos. A participação da Saúde nessas despesas reflete o cenário da saúde estadual, que possui a necessidade de contratar junto ao setor privado serviços e profissionais que complementem o atendimento da demanda gerada pela população alagoana.

Serviços de Terceiros por Área de Governo (2016-2017)					
DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EMPENHADA				Δ % 2017/2016
	2016	% PART.	2017	% PART.	
01 – Legislativa	16,3	1,7%	13,0	1,4%	-20,1%
02 – Judiciária	45,8	4,7%	35,1	3,7%	-23,4%
03 - Essencial à Justiça	9,8	1,0%	12,0	1,3%	22,9%
04 – Administração	96,1	9,8%	110,9	11,7%	15,4%
06 - Segurança Pública	96,4	9,8%	108,3	11,4%	12,3%
10 – Saúde	421,0	42,9%	384,9	40,6%	-8,6%
12 – Educação	118,1	12,0%	87,4	9,2%	-26,0%

13 – Cultura	5,0	0,5%	10,8	1,1%	118,0%
14 - Direitos da Cidadania	86,5	8,8%	92,4	9,7%	6,7%
18 - Gestão Ambiental	10,0	1,0%	13,9	1,5%	38,9%
19 - Ciência e Tecnologia	39,5	4,0%	36,3	3,8%	-8,0%
Outras Funções	36,8	3,8%	42,8	4,5%	16,1%
SERVIÇOS DE TERCEIROS POR ÁREA DE GOVERNO	981,4	100,0%	947,9	100,0%	-3,4%

Fonte: Siafem/AL

Despesa de Capital

Analisando as despesas de capital, exceto amortização da dívida, verifica-se que a execução dessas despesas foi superior em 12,0% (+R\$ 69,9 milhões) em relação à realizada em 2016, resultado do aumento de 189,1% (+ 8,3 milhões) nas Inversões Financeiras e do crescimento das despesas de investimentos em 10,6% (+R\$ 61,5 milhões).

Execução dos Investimentos e Inversões Financeiras (R\$ milhões)

Discriminação	Despesa Empenhada				Δ % 2017/2016
	2016	% PART.	2017	% PART.	
Investimentos	577,6	99,2%	639,1	98,0%	10,6%
Inversões Financeiras	4,4	0,8%	12,8	2,0%	189,1%
INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS	582,0	100,0%	651,9	100,0%	12,0%

Fonte: Siafem/AL

Dentre os gastos realizados com investimentos, o gráfico a seguir ilustra que 78,26% (R\$ 74,1 milhões) foram realizados com obras e instalações, 11,83% (R\$ 0,5 milhões) com Equipamentos e Materiais Permanentes e 9,90% (R\$ 63,3 milhões) com outras despesas classificadas como investimentos.

Composição dos Investimentos do Estado (2016-2017) (R\$ milhões)

Discriminação	Despesa Empenhada				Δ % 2017/2016
	2016	% PART.	2017	% PART.	
Indenizações e Restituições	49,9	8,6%	4,1	0,6%	-91,8%
Contribuições	2,3	0,4%	34,7	5,4%	1403,8%
Auxílios	1,8	0,3%	1,2	0,2%	-32,4%
Material de Consumo	0,0	0,0%	-	0,0%	-100,0%
Serviços de Consultoria	0,1	0,0%	1,3	0,2%	1111,6%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,0	0,0%	-	0,0%	-100,0%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	11,0	1,9%	7,0	1,1%	-36,3%
Obras e Instalações	426,1	73,8%	500,2	78,3%	17,4%
Equipamentos e Material Permanente	75,1	13,0%	75,6	11,8%	0,7%
Aquisição de Imóveis	9,5	1,7%	13,7	2,2%	44,0%
Despesas de Exercícios Anteriores	1,7	0,3%	1,2	0,2%	-28,2%
INVESTIMENTOS DO ESTADO	577,6	100,0%	639,1	100,0%	10,6%

Fonte: Siafem/AL

No que tange a execucao dos investimentos por Secretaria, a analise dos dados indica que quatro secretarias estaduais foram responsaveis por 76,4% do total gasto, sao essas: Transporte e Desenvolvimento Urbano (39,8%; R\$ 254,3 milhoes), Infraestrutura (29,5%; R\$ 188,7 milhoes) e Seguranca Publica (4,1%; R\$ 26,5 milhoes).

Investimentos por Secretaria (2016-2017) (R\$ milhoes)					
Discriminacao	Despesa Empenhada			% PART.	Δ % 2017/2016
	2016	% PART.	2017		
Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano	147,6	25,6%	254,3	39,8%	72,3%
Secretaria de Estado da Infraestrutura	263,2	45,6%	188,7	29,5%	-28,3%
Secretaria de Estado da Seguranca Publica	17,3	3,0%	26,5	4,1%	53,6%
Demais Secretarias	149,6	25,9%	169,6	26,5%	13,4%
INVESTIMENTOS POR SECRETARIA	577,6	100,0%	639,1	100,0%	10,6%

Fonte: Siafem/AL

O montante de investimentos na Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano foi decorrente das diversas obras referentes ao programa Pró-Estrada, que em 2017 alcançou 120 km de vias urbanas pavimentadas e 700 Km de malha viaria revitalizadas, alem de contemplar municipios de todas as regioes do Estado de Alagoas. Alem disso tambem foram destinados recursos para a Duplicacao da Rodovia Estadual AL – 101 Norte e inicio das obras do Programa Conecta Alagoas.

Na Secretaria de Estado da Infraestrutura, a reducao dos investimentos no exercicio de 2017 ocorreu em funcao do nao recebimento de recursos federais para continuidade das obras do Canal do Sertao. Enquanto que, na Secretaria de Estado da Seguranca Publica a variacao positiva de 4,1% em comparacao com o ano de 2016 foi devida as construcoes dos oito Centros Integrados de Seguranca Publica – CISPS, alem dos dois Batalhoes da Policia Militar e tambem da construcao e revitalizacao de delegacias.

Por fim, vale salientar sobre os investimentos realizados pela Secretaria de Estado da Educacao, como a criacao das escolas de tempo integral e do Programa Escola 10 que influenciaram positivamente na variacao de 13,4% das demais secretarias entre os anos de 2016 e 2017.

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

Apresentação

Nesta seção são apresentadas as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Governo do Estado de Alagoas no exercício de 2017. As referidas tabelas foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL) e possuem valores em milhares de reais (R\$ mil), conforme título. Nas tabelas é possível verificar uma coluna reservada para as Notas Explicativas (NE), as quais fazem referência cruzada com o item correspondente na seção posterior. Segundo a NBC T 16.6 (R1) as DCASP seguem as seguintes definições:

O **Balço Patrimonial** está estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

O **Balço Orçamentário** evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. O Balço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

O **Balço Financeiro** evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

A **Demonstração das Variações Patrimoniais** evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

A **Demonstração dos Fluxos de Caixa** permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

A **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** evidencia a movimentação havida em cada componente do Patrimônio Líquido com a divulgação, em separado, dos efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros.

Balço Patrimonial (BP)

Anexo 14 | Lei Federal nº 4.320/64

31 de dezembro de 2017 e de 2016

Balço Patrimonial (Consolidado Geral)

Balço Patrimonial – Ativo (R\$ mil)			
ATIVO	NE	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	2.143.421	2.147.642
Créditos a Curto Prazo	8	467.988	475.039
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0	0
Estoques	9	210.972	205.413
VPD Pagas Antecipadamente	10	127	87
Total do Ativo Circulante		2.822.509	2.828.180
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		683.724	236.679
Créditos a Longo Prazo	11	600.036	152.991
Invest. e Aplic. Temporários a Longo Prazo	12	83.688	83.688
Estoques		-	-
VPD Pagas Antecipadamente		-	-
Investimentos	13	98.320	91.195
Imobilizado	14	3.801.981	3.200.274
Intangível	15	66.984	59.688
Diferido		-	-
Total do Ativo Não Circulante		4.651.009	3.587.836
TOTAL DO ATIVO		7.473.517	6.416.015

Continuação

Balanco Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)			
PASSIVO	NE	31/12/2017	31/12/2016
Passivo Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	16	293.589	489.044
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	17	499.106	605.837
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	18	132.391	123.542
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	19	4.578	9.879
Obrigações de Repartições a Outros Entes	20	20.053	21.231
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	21	303.272	490.393
Total do Passivo Circulante		1.252.991	1.739.926
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	22	100.831	195.913
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	23	8.184.977	8.103.567
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	24	103.289	155.538
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	25	1.044	1.351
Provisões a Longo Prazo	26	241.216	(13.732)
Demais Obrigações a Longo Prazo	27	64.889	64.889
Resultado Diferido		-	-
Total do Passivo Não Circulante		8.696.247	8.507.526
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social		(3.693.275)	(7.266.625)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-
Reservas de Capital		16.929	16.929
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		(48.157)	(48.157)
Resultados Acumulados		1.248.782	3.466.416
(-) Ações/Cotas em Tesouraria		-	-
Total do Patrimônio Líquido		(2.475.720)	(3.831.437)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.473.517	6.416.015

31 de dezembro de 2017 e de 2016

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (R\$ mil)		
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	2.532.595	2.562.597
Ativo Permanente	4.940.922	3.853.418
Total do Ativo	7.473.517	6.416.015
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	697.383	1.070.975
Passivo Permanente	9.275.099	9.343.234
Total do Passivo	9.972.482	10.414.209
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	(2.498.964)	(3.998.194)

31 de dezembro de 2017 e de 2016

Quadro das Contas de Compensação

Quadro das Contas de Compensação (R\$ mil)			
	NE	31/12/2017	31/12/2016
Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	5.061.186	4.719.249	
Direitos Contratuais	-	-	
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	
Total dos Atos Potenciais Ativos	5.061.186	4.719.249	
Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-	
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	30.496	5.476	
Obrigações Contratuais	180.000	873	
Outros Atos Potenciais Passivos	247.012	247.012	
Total dos Atos Potenciais Passivos	457.508	253.361	

31 de dezembro de 2017 e de 2016
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (R\$ mil)		
FONTES DE RECURSOS	31/12/2017	31/12/2016
Ordinária	654.251	561.697
Recursos Ordinários	654.251	561.697
Vinculada	1.180.961	929.925
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.208	(285)
Cota-Parte do Salário Educação - Estadual	8.176	1.038
Cota-Parte do Salário Educação - Federal	25.531	24.082
Convênios	527.797	439.748
FUNDEB	73.967	79.748
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	124.716	65.658
Recursos Previdenciários	419.567	319.936
Total das Fontes de Recursos	1.835.212	1.491.622

Balço Orçamentário (BO)

Anexo 12 | Lei Federal nº 4.320/64

De janeiro a dezembro de 2017

Balço Orçamentário (Consolidado Geral)

Receitas Orçamentárias (R\$ mil)					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	SALDO (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)		8.291.386	8.745.993	8.718.358	(27.636)
Receita Tributária		3.890.823	4.057.612	4.043.434	(14.178)
Receita de Contribuições		212.866	212.866	274.221	61.355
Receita Patrimonial		170.972	171.087	197.956	26.869
Receita Agropecuária		-	-	116	116
Receita Industrial		-	-	-	-
Receita de Serviços		165.986	178.722	193.043	14.321
Transferências Correntes		3.717.798	3.947.316	3.844.391	(102.925)
Outras Receitas Correntes		132.942	178.390	165.197	(13.193)
Receitas de Capital (II)		498.105	619.105	370.687	(248.418)
Operações de Crédito		23.850	144.850	124.399	(20.451)
Alienação de Bens		107	107	149	43
Amortizações de Empréstimos		-	-	559	559
Transferências de Capital		474.148	474.148	245.580	(228.568)
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Receitas Intraorçamentárias (III)		1.452.964	1.729.875	1.576.874	(153.001)
Receitas Intraorçamentárias Correntes		1.441.904	1.718.815	1.575.383	(143.432)
Receitas Intraorçamentárias de Capital		11.060	11.060	1.491	(9.569)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)		10.242.454	11.094.973	10.665.919	(429.054)
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)		10.242.454	11.094.973	10.665.919	(429.054)
Déficit (VII)		-	-	-	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)		10.242.454	11.094.973	10.665.919	(429.054)
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		-	527.831	527.831	-
Superávit Financeiro		-	527.831	527.831	-
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	-	-

Continuação

Despesas Orçamentárias (R\$ mil)							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empen. (g)	Despesas Liquid. (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (IX)		7.779.937	8.385.519	7.938.786	7.922.652	7.843.905	446.732
Pessoal e Encargos Sociais		4.679.768	4.977.885	4.838.323	4.838.323	4.834.240	139.562
Juros e Encargos da Dívida		346.090	212.428	210.710	210.710	210.710	1.718
Outras Despesas Correntes		2.754.079	3.195.206	2.889.753	2.873.619	2.798.955	305.452
Despesas de Capital (X)		1.002.454	1.601.811	910.724	903.073	860.844	691.087
Investimentos		833.557	1.316.528	639.124	631.474	589.245	677.404
Inversões Financeiras		3.465	20.281	12.751	12.751	12.751	7.530
Amortização da Dívida		165.431	265.001	258.849	258.849	258.849	6.153
Despesas Intraorçamentárias (XI)		1.452.964	1.635.475	1.611.124	1.611.062	1.576.917	24.350
Despesas Intraorçamentárias Correntes		1.442.264	1.633.683	1.609.633	1.609.571	1.575.425	24.050
Despesas Intraorçamentárias de Capital		10.700	1.791	1.491	1.491	1.491	300
Reserva de Contingência (XII)		7.100	-	-	-	-	-
Reserva do RPPS (XIII)		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIV) = (IX + X + XI + XII + XIII)		10.242.454	11.622.804	10.460.635	10.436.787	10.281.666	1.162.169
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XV)		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XVI) = (XIV + XV)		10.242.454	11.622.804	10.460.635	10.436.787	10.281.666	1.162.169
Superávit (XVII)	28	-	-	205.284	-	-	-
TOTAL (XVIII) = (XVI + XVII)		10.242.454	11.622.804	10.665.919	10.436.787	10.281.666	1.162.169

De janeiro a dezembro de 2017

Execução de Restos a Pagar Não Processados

Execução de Restos a Pagar Não Processados (R\$ mil)						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos			Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)	Liquidadados (c)			
Despesas Correntes	709	112.235	73.748	72.079	39.196	1.669
Pessoal e Encargos Sociais	-	919	-	-	919	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	709	111.316	73.748	72.079	38.277	1.669
Despesas de Capital	183	56.618	37.943	37.168	18.857	775
Investimentos	183	56.618	37.943	37.168	18.857	775
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	892	168.853	111.691	109.247	58.054	2.444

De janeiro a dezembro de 2017

Execução de Restos a Pagar Processados

Execução de Restos a Pagar Processados (R\$ mil)					
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)			
Despesas Correntes	19.043	167.872	164.412	1.483	21.019
Pessoal e Encargos Sociais	3.878	64.126	64.048	69	3.887
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	15.165	103.745	100.364	1.414	17.132
Despesas de Capital	1.733	21.494	22.809	39	380
Investimentos	1.733	21.106	22.421	39	380
Inversões Financeiras	-	388	388	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	20.776	189.365	187.221	1.521	21.399

Balanço Financeiro (BF)

Anexo 13 | Lei Federal nº 4.320/64
 De janeiro a dezembro de 2017 e de 2016
Balanço Financeiro

Ingressos (R\$ mil)			
	NE	2017	2016
Receita Orçamentária (I)		10.665.919	10.885.822
Ordinária		7.497.151	7.587.806
Recursos Ordinários		7.497.151	7.587.806
Vinculada		3.168.769	3.298.016
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		23.922	17.321
Cota-Parte do Salário Educação - Estadual		16.910	15.624
Cota-Parte do Salário Educação - Federal		4.283	5.066
Convênios		365.651	493.719
FUNDEB		615.997	666.012
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS		248.681	245.301
Recursos Previdenciários		1.893.324	1.854.974
Transferências Financeiras Recebidas (II)		12.849.370	11.693.203
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		12.134.576	9.845.512
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		714.794	1.847.692
Recebimentos Extraorçamentários (III)		18.757.534	23.171.828
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		23.847	168.853
Inscrição de Restos a Pagar Processados		344.258	383.135
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		228.662	155.935
Outros Recebimentos Extraorçamentários		18.160.767	22.463.905
Saldo do Exercício Anterior (IV)		2.147.642	1.585.075
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.147.642	1.585.075
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		44.420.465	47.335.928

Continuação

Desembolsos (R\$ mil)			
	NE	2017	2016
Despesa Orçamentária (VI)		10.460.635	10.022.202
Ordinária		7.521.240	7.031.960
Recursos Ordinários		7.521.240	7.031.960
Vinculada		2.939.395	2.990.242
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		22.429	16.936
Cota-Parte do Salário Educação - Estadual		9.914	21.790
Cota-Parte do Salário Educação - Federal		2.844	4.542
Convênios		282.695	396.487
FUNDEB		625.472	656.822
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS		202.101	232.427
Recursos Previdenciários		1.793.940	1.661.238
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		12.849.265	11.693.203
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		12.134.576	9.845.512
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		714.689	1.847.692
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		18.967.144	23.472.882
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		109.247	122.181
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		383.280	613.954
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		193.181	251.677
Outros Pagamentos Extraorçamentários		18.281.437	22.485.070
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	29	2.143.421	2.147.642
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.143.421	2.147.642
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		44.420.465	47.335.928

Demonstraço das **Variações Patrimoniais (DVP)**

Anexo 15 | Lei Federal nº 4.320/64
 De janeiro a dezembro de **2017** e de **2016**
 DVP – Sintético

Demonstraço das Variações Patrimoniais (R\$ mil)			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	NE	2017	2016
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Impostos, Taxas e Contribuiçoes de Melhoria		5.633.094	4.656.511
Contribuiçoes		767.035	1.776.450
Exploraço e Venda de Bens, Serviços e Direitos		201.478	159.105
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		913.143	2.924.187
Transferências e Delegaçoes Recebidas		18.857.550	16.893.694
Valorizaço e Ganhos com Ativos e Desincorporaçao de Passivos		105.409	42.527
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		157.069	396.009
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		26.634.777	26.848.484
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Pessoal e Encargos		4.395.568	4.265.993
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.913.239	1.765.377
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.329.325	1.214.567
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		875.306	1.271.749
Transferências e Delegaçoes Concedidas		15.684.452	14.309.237
Desvalorizaço e Perdas de Ativos e Incorporaçao de Passivos Tributários		576.904	265.814
Tributárias		111.113	113.997
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		318.280	68.400
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		25.204.187	23.275.133
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	30	1.430.589	3.573.350

De janeiro a dezembro de 2017 e de 2016

DVP – Analítico

Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ mil)			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2017	2016
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		5.633.094	4.656.511
Impostos		5.573.879	4.605.116
Taxas		59.215	51.394
Contribuições de Melhoria		0	1
Contribuições		767.035	1.776.450
Contribuições Sociais		767.035	1.776.450
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		201.478	159.105
Vendas de Mercadorias		118	7
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		201.360	159.099
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		913.143	2.924.187
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		59.149	77.747
Variações Monetárias e Cambiais		666.176	2.683.282
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		187.818	163.158
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		18.857.550	16.893.694
Transferências Intragovernamentais		14.058.649	11.697.540
Transferências Intergovernamentais		4.188.297	4.539.514
Transferências das Instituições Privadas		1.433	2.623
Transferências das Instituições Multigovernamentais		609.038	654.012
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		128	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		4	5
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	-
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		105.409	42.527
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		46	163
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.408	38.680
Desincorporação de Passivos		103.955	3.684
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	157.069	396.009
VPA a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	4.119	1.972
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	152.949	394.037
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	26.634.777	26.848.484
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2017	2016
Pessoal e Encargos	4.395.568	4.265.993
Remuneração a Pessoal	2.715.496	2.706.609
Encargos Patronais	1.613.487	1.492.959
Benefícios a Pessoal	66.585	61.253
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	5.171
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.913.239	1.765.377
Aposentadorias e Reformas	1.505.289	1.381.243
Pensões	395.287	379.053
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	12.664	5.081
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.329.325	1.214.567
Uso de Material de Consumo	187.013	136.887
Serviços	1.123.512	1.068.252
Depreciação, Amortização e Exaustão	18.799	9.429
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	875.306	1.271.749
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	199.942	122.852
Juros e Encargos de Mora	10.768	13.887
Variações Monetárias e Cambiais	664.596	1.135.009
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	15.684.452	14.309.237
Transferências Intragovernamentais	12.985.274	11.697.540
Transferências Intergovernamentais	2.616.828	2.564.054
Transferências a Instituições Privadas	82.350	47.643
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	576.904	265.814
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	549.703	222.749
Perdas com Alienação	791	-

Perdas Involuntárias	21.609	43.064
Incorporação de Passivos	4.801	-
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	111.113	113.997
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.604	888
Contribuições	109.509	113.108
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	318.280	68.400
Premiações	3.710	999
Resultado Negativo de Participações	5.145	2.530
Incentivos	21.393	17.060
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	254.948	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	33.085	47.810
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	25.204.187	23.275.133
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	30	1.430.589

De janeiro a dezembro de 2017 e de 2016

Variações Patrimoniais Qualitativas (Decorrentes da Execução Orçamentária)

Variações Patrimoniais Qualitativas (R\$ mil)			
	NE	2017	2016
Incorporação de Ativos		630.894	512.329
Desincorporação de Passivos		258.849	295.993
Incorporação de Passivos		124.399	275
Desincorporação de Ativos		708	404

Demonstraço dos Fluxos de Caixa (DFC)

Anexo 18 | Lei Federal nº 4.320/64
De janeiro a dezembro de 2017 e de 2016
Demonstraço dos Fluxos de Caixa

Demonstraço dos Fluxos de Caixa (R\$ mil)			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	2017	2016
Ingressos		41.968.747	45.391.956
Receitas Derivadas e Originárias		6.446.762	6.437.151
Transferências Correntes Recebidas		16.943.421	16.141.195
Ingressos Extraorçamentários		18.578.565	22.813.610
Desembolsos		41.214.418	44.008.984
Pessoal e Demais Despesas		8.093.070	7.701.387
Juros e Encargos da Dívida		210.710	136.740
Transferências Concedidas		14.239.961	12.981.603
Desembolsos Extraorçamentários		18.670.676	23.189.254
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)		754.330	1.382.973
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		708	404
Alienação de Bens		149	163
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		559	241
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
Desembolsos		624.808	525.092
Aquisição de Ativo Não Circulante		614.360	498.487
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		1.532	3.123
Outros Desembolsos de Investimentos		8.917	23.482
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)		(624.100)	(524.688)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		124.399	275
Operações de Crédito		124.399	275
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamentos		-	-
Desembolsos		258.849	295.993
Amortização/Refinanciamento da Dívida		258.849	295.993
Outros Desembolsos de Financiamentos		-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		(134.450)	(295.718)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I + II + III)		(4.220)	562.566
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (V - IV)	31	(4.220)	562.566
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial (IV)		2.147.642	1.585.075
Caixa e Equivalentes de Caixa Final (V)		2.143.421	2.147.642

De janeiro a dezembro de 2017 e de 2016
Quadro de Receitas Derivadas e Originárias

Quadro de Receitas Derivadas e Originárias (R\$ mil)			
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	NE	2017	2016
Receita tributária		4.043.882	3.856.096
Receita de contribuições		1.840.305	1.776.450
Receita patrimonial		7.039	7.335
Receita agropecuária		116	6
Receita industrial		-	-
Receita de serviços		194.323	151.763
Remuneração das disponibilidades		190.917	163.158
Outras receitas derivadas e originárias		170.179	482.343
Total das receitas derivadas e originárias		6.446.762	6.437.151

De janeiro a dezembro de 2017 e de 2016
Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas (R\$ mil)			
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	NE	2017	2016
Intergovernamentais		3.483.448	3.791.351
Da União		3.477.701	3.781.998
De Estados e Distrito Federal		4.500	7.206
De Municípios		1.247	2.148
Intragovernamentais		12.849.370	11.693.203
Multigovernamentais		609.038	654.012
Outras Transferências Recebidas		1.565	2.628
Total das Transferências Recebidas		16.943.421	16.141.195
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais		1.285.671	1.242.865
A União		34.326	78.562
A Estados e Distrito Federal		-	-
A Municípios		1.251.345	1.164.303
Intragovernamentais		12.849.265	11.693.203
Outras Transferências Concedidas		105.025	45.535
Total das Transferências Concedidas		14.239.961	12.981.603

De janeiro a dezembro de 2017 e de 2016

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função (R\$ mil)			
Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	NE	2017	2016
Legislativa		275.110	273.770
Judiciária		531.678	503.495
Essencial à Justiça		170.203	158.784
Administração		550.499	477.105
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		1.246.812	1.211.945
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		23.877	8.705
Previdência Social		1.824.891	1.752.777
Saúde		937.540	1.020.813
Trabalho		5.456	6.591
Educação		1.150.037	1.121.068
Cultura		19.276	10.582
Direitos da Cidadania		183.332	174.502
Urbanismo		0	-
Habitação		526	471
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		28.857	24.632
Ciência e Tecnologia		57.630	55.409
Agricultura		94.000	98.599
Organização Agrária		1.604	1.489
Indústria		6.665	5.878
Comércio e Serviços		15.393	13.123
Comunicações		7.767	17.291
Energia		2	149
Transporte		26.077	28.606
Desporto e Lazer		8.945	5.911
Encargos Especiais		926.894	729.689
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		8.093.070	7.701.387

De janeiro a dezembro de 2017 e de 2016

Quadro de Juros e Encargos da Dívida

Quadro de Juros e Encargos da Dívida (R\$ mil)			
Juros e Encargos da Dívida	NE	2017	2016
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		184.523	114.307
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		26.187	22.433
Outros Encargos da Dívida		-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida		210.710	136.740

Demonstraço das Mutaçoes do Patrimônio Líquido (DMPL)

Anexo 19 | Lei Federal nº 4.320/64

31 de dezembro de 2017 e de 2016

Demonstraço das Mutaçoes do Patrimônio Líquido

Demonstraço das Mutaçoes do Patrimônio Líquido (R\$ mil)

Especificaço	NE	Pat. Social/Capital Social	Reserva de Capital	Demais Reservas	Resultados Acumulados	TOTAL
Saldos Iniciais		(7.266.625)	16.929	(48.157)	3.466.416	(3.831.437)
Ajustes de Exercícios Anteriores	32	3.573.350			(3.648.223)	(74.873)
Aumento de Capital						
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas						
Juros sobre Capital Próprio						
Resultado do Exercício					1.430.589	1.430.589
Ajustes de Avaliação Patrimonial						
Constituição / Reversão de Reservas						
Incorporação de Reservas						
Dividendos a Distribuir						
Saldos Finais	33	(3.693.275)	16.929	(48.157)	1.248.782	(2.475.720)

Nota: Por não conterem valores foram ocultadas as colunas "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)", "Ajustes de Avaliação Patrimonial", "Reservas de Lucros" e "Ações / Cotas em Tesouraria".

NOTAS

EXPLICATIVAS

Relação de **Notas Explicativas**

1) CONTEXTO OPERACIONAL	64
2) RELAÇÃO DAS EMPRESAS CONTROLADAS PELO ESTADO DE ALAGOAS	64
3) RELAÇÃO DOS ÓRGÃO SEGUNDO A LOA 2017	65
4) CISÕES, FUSÕES, EXTINÇÕES, INCORPORAÇÕES, TRANSFORMAÇÕES E LIQUIDAÇÕES	66
5) USO DE JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS	67
6) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	67
7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	70
8) CRÉDITOS A CURTO PRAZO	71
9) ESTOQUES	71
10) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	72
11) CRÉDITOS A LONGO PRAZO	72
12) INVESTIMENTOS	73
13) INVESTIMENTOS	73
14) IMOBILIZADO	74
15) INTANGÍVEL	75
16) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	75
17) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	75
18) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	75
19) OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	76
20) OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	76
21) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	76
22) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	77
23) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	77
24) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	79
25) OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	79
26) PROVISÕES A LONGO PRAZO	79
27) DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	80
28) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	80
29) RESULTADO FINANCEIRO	80
30) RESULTADO PATRIMONIAL	80
31) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	80
32) AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	81
33) VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	81

1 Contexto Operacional

O Governo do Estado de Alagoas é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 12.200.176/0001-76, tendo a sua sede administrativa situada em Maceió, no Palácio República dos Palmares, Rua Cincinato Pinto, S/N, Centro. Seguindo as premissas e competências estabelecidas pela Carta Magna, as atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2017 estão amparadas pela Lei Estadual nº 7.871, de 19 de janeiro de 2017 (Lei Orçamentária Anual) e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2017.

A elaboração do balanço anual seguiu as orientações dos dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Do mesmo modo segue as orientações dispostas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e demais normas aplicáveis.

As DCASP são compostas pelo Balço Orçamentário (BO), Balço Financeiro (BF), Balço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). As notas integrantes dos demonstrativos visam detalhar informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social, desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas demonstrações. Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2017, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Os dados consolidados foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM) e têm como escopo todos os poderes e órgãos.

2 Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Alagoas

O Governo do Estado de Alagoas manteve em 2017 o controle acionário de oito empresas, sendo elas constituídas em sua maioria por sociedades anônimas. A classificação em relação ao ente controlador de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) é de que empresa dependente é a que recebe recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

EMPRESAS ESTATAIS	
Serviço de Engenharia de Alagoas S/A (SERVEAL)	Gás de Alagoas S/A (ALGÁS)
Cia. de Adm. de Recursos Humanos e Patrimoniais S/A (CARHP)	Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL)
Companhia de Edição, Impressão e Publicação de Alagoas (CEPAL)	Alagoas Ativos S/A
Agência de Fomento de Alagoas (DESENVOLVE)	Laboratório Industrial Farmacêutico (LIFAL)

3 Relação dos Órgãos Segundo a LOA 2017

Esta nota contém a lista órgãos da administração pública estadual conforme a Lei Orçamentária Anual nº 7.871, de 19 de janeiro de 2017.

PODERES E ÓRGÃOS 2017
PODER LEGISLATIVO
01001 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
01002 - TRIBUNAL DE CONTAS
01500 - FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
01503 - ESCOLA DE CONTAS PUBLICAS CONSELHEIRO JOSÉ ALFREDO DE MENDONÇA
01504 - FUNDO ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
PODER JUDICIÁRIO
02003 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
02501 - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
02561 - FUNDO ESPECIAL DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
03004 - MINISTÉRIO PÚBLICO
03554 - FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PODER EXECUTIVO
11006 - GABINETE CIVIL
11008 - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
11009 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
11011 - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
11013 - GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
11502 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO
11504 - AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS
11564 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
13017 - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO
13510 - COMPANHIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E PATRIMONIAIS
13511 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
13548 - AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS
13551 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS
13569 - ALAGOAS PREVIDÊNCIA
13570 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS
13571 - FUNDO FINANCEIRO DO ESTADO DE ALAGOAS
13572 - FUNDO DOS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS
14030 - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AQUICULTURA
14528 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO DE ALAGOAS
14536 - FUNDO ESPECIAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DE ALAGOAS
14541 - INSTITUTO DE TERRAS E REFORMA AGRÁRIA DE ALAGOAS
14555 - AGÊNCIA DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA DE ALAGOAS
14566 - INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - EMATER
15024 - SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
15526 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
16026 - SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO
16506 - INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO
16514 - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS
16531 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO TECNOLÓGICO E DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
16537 - INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE
17010 - SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO

17517 - INSTITUTO ZUMBI DOS PALMARES
18021 - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
18520 - DIRETORIA DE TEATROS DO ESTADO DE ALAGOAS
18557 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES CULTURAIS
19033 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
19034 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS
19035 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE ALAGOAS
19036 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS
19047 - PERÍCIA OFICIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
19049 - COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL-CEDEC
19512 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS
19563 - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
19565 - FUNDO ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
20020 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
20516 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS
21018 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
21513 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO
23032 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
23542 - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS
23543 - FUNDO DE RECURSOS HÍDRICOS
24037 - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER E DOS DIREITOS HUMANOS
24547 - FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR
26031 - SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
26539 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE ALAGOAS S.A.
26562 - FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
27023 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
27524 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
27556 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS
28027 - SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO
29028 - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
29505 - AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS
29534 - FUNDO DE REGISTRO E DO COMÉRCIO
29553 - FUNDO DO TURISMO
30041 - SECRETARIA DE ESTADO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA
30545 - FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
30567 - FUNDO ESTADUAL DE POLITICAS SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS
34051 - SECRETARIA DE ESTADO DE RESSOCIALIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL
34568 - FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS
35032 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO URBANO
35538 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
36021 - SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
36522 - FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO DOS ESPORTES
91997 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEFAZ
92998 - ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO COM OS MUNICÍPIOS
99999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

4 Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações

Não houve no exercício cisão, fusão, extinção, incorporação, transformação ou liquidação de entidades controladas pelo Governo do Estado de Alagoas.

5 Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

O Governo do Estado no uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis não realizou no exercício quaisquer alterações com impactos substanciais nos montantes apresentados.

6 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais brasileiro (BRL), moeda funcional do Governo do Estado. A depender da tabela ou gráfico, a disposição dos valores está em milhares ou milhões de reais, conforme indicado no título. Os valores em moeda estrangeira foram convertidos conforme o câmbio vigente.

b) Disponibilidades

As disponibilidades englobam o dinheiro em caixa, conta única, depósitos bancários e demais aplicações de curto prazo. Os valores são mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. Ao final de cada exercício, é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis.

d) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, estes bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

e) Investimentos

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

g) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

h) Depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta do Estado, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP e MCASP. As empresas controladas, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais. Sobre a depreciação, amortização e exaustão de bens adquiridos e postos em operação utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela definida na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.700/2017.

i) Restos a Pagar

Os restos a pagar não processados, quando liquidados, permanecem com o *status* de restos a pagar não processados até o final do período.

j) Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

k) Passivos

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência.

l) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa (base modificada), as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

m) Processo de Convergência

Conforme regulamentação da STN, o governo de Alagoas atua com um Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPAP), cujos prazos foram estabelecidos pela Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015. As diretrizes do plano buscam a convergência com as normas internacionais de contabilidade editadas pela *International Federation of Accountants* (IFAC).

Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais		
Procedimentos Contábeis Patrimoniais	Prazo para Estados e DF	Alagoas
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receita tributária e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.	2020	Em estudo
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2020	Em estudo
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2017	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas.	2015	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	2019	Implantado parcialmente
Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle em notas explicativas.	2019	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	2019	Implantado parcialmente
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura, respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	2022	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro, segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	2022	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	2019	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	2017	Implantado parcialmente
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	2015	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	2016	Implantado

Reconhecimento, mensuração e evidênciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidênciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	2020	Implantado parcialmente
Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução a valor recuperável.	2019	Implantado parcialmente
Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos estoques.	2021	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, nas NBC TSP e no MCASP	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado

Fonte: Contadoria Geral do Estado (CONGEAL)

Balço Patrimonial (BP)

7 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa pode ser entendido como o somatório dos valores disponíveis em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. No estado de Alagoas, esse grupo é composto pelos saldos da conta única do tesouro estadual, banco conta movimento (demais contas), aplicações financeiras de liquidez imediata e conta vinculada. Os recursos alocados na conta sintética caixa e equivalentes de caixa são por definição as contas do ativo com maior liquidez.

Caixa e Equivalentes De Caixa (R\$ mil)					
Descrição	2017	AV % ⁶	2016	AV %	AH % ⁷
Conta Única do Tesouro Estadual	132.164	6,17%	341.010	15,88%	-61,24%
Bancos Conta Movimento (Demais Contas)	150.433	7,02%	250.480	11,66%	-39,94%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	1.860.824	86,82%	1.555.670	72,44%	19,62%
Conta Vinculada	-	0,00%	482	0,02%	-100,00%
TOTAL	2.143.421	100,00%	2.147.642	100,00%	-0,20%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

Em 2017, a conta caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 2.143.421 mil, decaindo em 0,20%. A análise horizontal demonstra que houve um fluxo de valores da conta única do tesouro estadual e bancos conta movimento (demais conta) para a conta aplicações financeiras de liquidez imediata (+19,62%). Esse fluxo é resultado da instauração de uma política de investimentos para os recursos anteriormente em conta corrente, buscando assim uma maior rentabilidade das disponibilidades.

⁶ A análise vertical (AV) mede a proporção da linha em relação ao total.

⁷ A análise horizontal (AH) mede a variação de um exercício para o seguinte.

Aplicações Financeiras por Poder e Órgão 2017 (R\$ mil)						
ESPECIFICAÇÃO	Títulos Públicos	Poupança	Fundos de Investimento	CDB	Outras Aplicações	TOTAL
Executivo	1	288.415	1.389.100	26.137	10	1.703.663
Legislativo (Tribunal de Contas)	-	1	684	9.505	-	10.189
Judiciário	-	-	103.409	-	-	103.409
Ministério Público	-	-	5.127	-	-	5.127
Defensoria Pública	-	-	2.211	36.225	-	38.436
TOTAL	1	288.415	1.500.532	71.867	10	1.860.824

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

Do total de R\$ 1.860.824 mil de aplicações financeiras de liquidez imediata, as quais representaram 86,82% das disponibilidades do Estado na data de fechamento do balanço, 91,55% estavam sob o controle do Poder Executivo. As aplicações estão distribuídas em títulos públicos (<0,01%), poupança (15,50%), fundos de investimento (80,64%), CDB (3,86%) e outras aplicações (<0,01%).

8 Créditos a Curto Prazo

Os créditos a curto prazo, como integrantes do ativo circulante, compreendem os ativos realizáveis no prazo de 12 meses após a publicação do balanço.

Créditos a Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Créditos Tributários a Receber	1.876	4,32%	167.833	80,42%	-98,88%
Cientes	41.556	95,68%	34.325	16,45%	21,07%
Créditos de Transferências a Receber	-	0,00%	6.432	3,08%	-100,00%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	0,00%	111	0,05%	-100,00%
Dívida Ativa Não Tributária	1	0,00%	-	0,00%	-
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	29.446	6,94%	5.487	2,06%	436,62%
Créditos por Danos ao Patrimônio	1.386	0,33%	1.386	0,52%	0,00%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	176.698	41,62%	212.179	79,67%	-16,72%
Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo	190.657	44,91%	-	0,00%	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	26.368	6,21%	47.285	17,75%	-44,24%
TOTAL	467.988	100%	475.039	100%	-1,48%

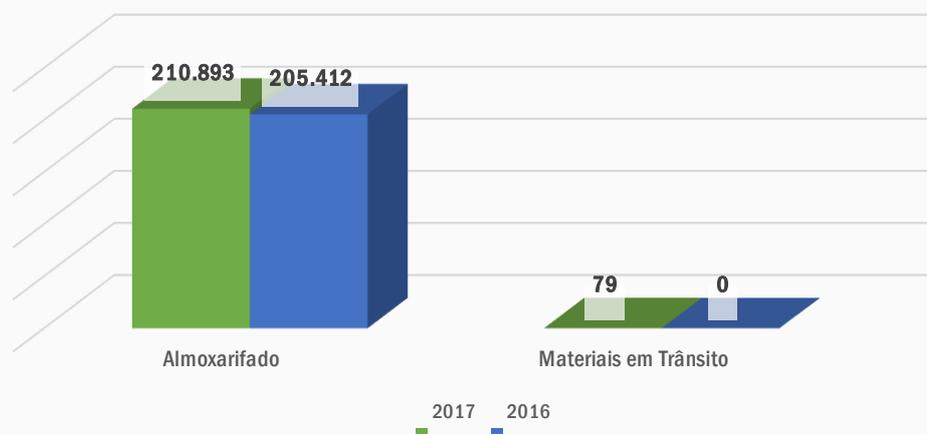
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

Conforme análise horizontal, parte dos valores constantes na conta créditos tributários a receber foram transferidos para a conta de créditos previdenciários a receber a curto prazo, decorrente de uma reclassificação.

9 Estoques

A conta de estoques compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Estoques (R\$ mil)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

10 VPD Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. No Estado de Alagoas estas variações resultam do registro de prêmios de seguros a apropriar, assinaturas e anuidades a apropriar, alugueis pagos a apropriar e demais VPD a apropriar.

VPD Pagas Antecipadamente (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Prêmios de Seguros a Apropriar	27	21,41%	31	35,19%	-10,71%
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	28	21,95%	14	16,55%	94,74%
Alugueis Pagos a Apropriar	27	21,22%	27	31,14%	0,00%
Demais VPD a Apropriar	45	35,42%	15	17,12%	203,76%
TOTAL	127	100,00%	87	100,00%	46,79%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

11 Créditos a Longo Prazo

Neste grupamento de contas estão classificados os créditos tributários a receber, clientes, empréstimos e financiamentos concedidos, dívida ativa tributária líquida e depósitos restituíveis e valores vinculados. Os créditos a longo prazo, como integrantes do ativo não circulante, compreendem os ativos realizáveis no prazo superior a 12 meses após a publicação do balanço.

Créditos a Longo Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Créditos Tributários a Receber	444.627	74,10%	-	0,00%	-
Clientes	94.299	15,72%	94.299	61,64%	0,00%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	48.032	8,00%	47.082	30,77%	2,02%

Dívida Ativa Tributária Líquida	12.047	2,01%	10.578	6,91%	13,89%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.031	0,17%	1.031	0,67%	0,00%
TOTAL	600.036	100,00%	152.991	100,00%	15,90%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

A Dívida Ativa Tributária é o crédito da fazenda pública proveniente da obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais, atualizações monetárias, encargos e multas tributárias. A provisão para perdas da dívida ativa é calculada considerando a média percentual de recebimentos passados. Os valores referentes créditos tributários a receber são decorrentes dos programas de parcelamento tributário e de recuperação fiscal realizados durante o exercício.

Dívida Ativa Tributária (R\$ mil)			
DESCRIÇÃO	2017	2016	AH %
Estoque Anterior	3.281.949	3.060.055	7,25%
Inscrição	563.420	230.300	144,65%
(-) Recebimentos	(12.248)	(8.407)	45,70%
Estoque Final	3.833.121	3.281.949	16,79%
Média % de Recebimentos nos últimos três exercícios	0,31%	0,32%	-3,13%
(-) Provisão para Perdas da Dívida Ativa	(3.821.074)	(3.271.371)	16,80%
Dívida Ativa Líquida	12.047	10.578	13,89%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

O Estado de Alagoas findou o ano de 2017 com a dívida ativa líquida totalizando R\$ 12.047 mil. Atualmente estão sendo realizados estudos que buscam a melhor evidenciação da dívida ativa, inclusive a proposta de integração da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) através de um sistema de informação que possa registrar apropriadamente o ativo realizável.

12 Investimentos e Aplicações Temporários a Longo Prazo

Os investimentos e aplicações temporários a longo prazo compreende a conta títulos e valores mobiliários e a conta aplicações em segmentos imóveis.

13 Investimentos

O método da equivalência patrimonial é utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum. As demais são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição.

Investimentos (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	75.344	76,63%	68.219	74,81%	10,44%
Participações em Sociedades Controladas	59.293	60,31%	52.168	57,20%	13,66%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	16.051	16,33%	16.051	17,60%	0,00%

Participações Avaliadas pelo Método de Custo	22.976	23,37%	22.976	25,19%	0,00%
Participações em Outras Sociedades	22.940	23,33%	22.940	25,15%	0,00%
Outras Participações	36	0,04%	36	0,04%	0,00%
TOTAL	98.320	100,00%	91.195	100,00%	7,81%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

A empresa CASAL, por apresentar patrimônio líquido negativo, teve a sua participação reduzida a valor zero, conforme avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

Participações Em Sociedades Controladas - Método Da Equivalência Patrimonial (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Superintendência do Tesouro Estadual	24.383	41,12%	28.508	54,65%	-14,47%
Produban	3.648	6,15%	8.793	16,85%	-58,52%
Casal	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cepal	6.606	11,14%	6.501	12,46%	1,62%
Algás	14.130	23,83%	13.214	25,33%	6,93%
Outras Participações	34.910	58,88%	23.660	45,35%	47,55%
TOTAL	59.293	100,00%	52.168	100,00%	13,66%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

14 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Os elementos do ativo imobilizado, quando tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. Já os ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Imobilizado (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Bens Móveis	907.637	23,87%	837.245	26,16%	8,41%
Bens Móveis	1.002.498	26,37%	915.803	28,62%	9,47%
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(94.862)	-2,50%	(78.558)	-2,45%	20,75%
Bens Imóveis	2.894.345	76,13%	2.363.029	73,84%	22,48%
Bens Imóveis	2.896.928	76,20%	2.364.050	73,87%	22,54%
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(2.583)	-0,07%	(1.021)	-0,03%	152,85%
TOTAL	3.801.981	100,00%	3.200.274	100,00%	18,80%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

Por motivo da ausência de um sistema de controle patrimonial, nem todos os órgãos realizam a depreciação/amortização/exaustão de seus bens, tal como o inventário necessário para adequação ao valor justo. Sobretudo é reconhecido os avanços trazidos pela possível implantação de um processo informatizado de gerenciamento.

15 Intangível

Os ativos intangíveis reconhecidos pelo Estado de Alagoas compreendem softwares, marcas, direitos e patentes industriais e representam os bens incorpóreos mantidos sobre controle da administração pública. O principal item na composição do ativo intangível é a conta de softwares, a qual evidencia os sistemas de informação adquiridos durante o exercício.

Intangível (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Softwares	68.270	101,92%	60.144	100,76%	13,51%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.404	2,10%	1.404	2,35%	0,00%
(-) Amortização Acumulada	(2.690)	-4,02%	(1.859)	-3,12%	44,65%
TOTAL	66.984	100,00%	59.688	100,00%	12,22%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

16 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios que o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Pessoal a Pagar	245.671	83,68%	428.018	87,52%	-42,60%
Encargos Sociais a Pagar	47.918	16,32%	61.025	12,48%	-21,48%
TOTAL	293.589	100,00%	489.044	100,00%	-39,97%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

17 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo (vide nota *Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo*).

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	445.304	89,22%	572.844	94,55%	-22,26%
Financiamentos a Curto Prazo - Externo	53.803	10,78%	32.993	5,45%	63,07%
TOTAL	499.106	100,00%	605.837	100,00%	-17,62%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

18 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros

materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais do Exercício	95.498	72,13%	82.984	67,17%	15,08%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais de Exercícios Anteriores	20.419	15,42%	19.836	16,06%	2,94%
Precatórios de Fornecedores Nacionais	-	0,00%	11.478	9,29%	-100,00%
Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício - INTRA OFSS	16.474	12,44%	9.243	7,48%	78,23%
TOTAL	132.391	100,00%	123.542	100,00%	7,16%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

19 Obrigações Fiscais a Curto Prazo

As obrigações fiscais a curto prazo compreendem as obrigações das entidades com o governo referente impostos, taxas e contribuições de vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	4.531	98,97%	9.838	99,59%	-53,94%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	47	1,03%	41	0,41%	15,25%
TOTAL	4.578	100,00%	9.879	100,00%	-53,66%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

20 Obrigações de Repartição a Outros Entes

Corresponde aos valores arrecadados de impostos e outras receitas que devem ser repartidos com os municípios.

Obrigações de Repartição a Outros Entes (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2015	AV %	AH %
Obrigações de Repartição a Municípios - Exercício	19.953	99,50%	21.150	99,62%	-5,66%
Obrigações de Repartição a Municípios - Exercício Anterior	100	0,50%	81	0,38%	-
TOTAL	20.053	100,00%	21.231	100,00%	-5,55%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

21 Demais Obrigações a Curto Prazo

Corresponde às demais obrigações a curto prazo não evidenciados nas outras contas. Inclui o montante de valores restituíveis de consignações e depósitos.

Demais Obrigações a Curto Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Valores Restituíveis	271.913	89,66%	474.840	96,83%	-42,74%
Consignações do Exercício	106.361	35,07%	103.344	21,07%	2,92%
Consignações de Exercícios anteriores	34.792	11,47%	202.852	41,37%	-82,85%
Depósitos	130.760	43,12%	168.644	34,39%	-22,46%
Outras Obrigações a Curto Prazo	31.360	10,34%	15.553	3,17%	101,63%
Outras Obrigações do Exercício	12.799	4,22%	10.807	2,20%	18,44%
Outras Obrigações de Exercícios Anteriores	454	0,15%	666	0,14%	-31,78%
Valores Pendentes	12.240	4,04%	3.885	0,79%	215,04%
Outras Obrigações a Curto Prazo - Intra	5.866	1,93%	195	0,04%	2909,26%
TOTAL	303.272	100,00%	490.393	100,00%	-38,16%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

No exercício de 2017 houve uma baixa de valores nas consignações de exercícios anteriores com base no decreto nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932, o qual regula a prescrição quinquenal.

22 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios que o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo (R\$ mil)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

23 Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

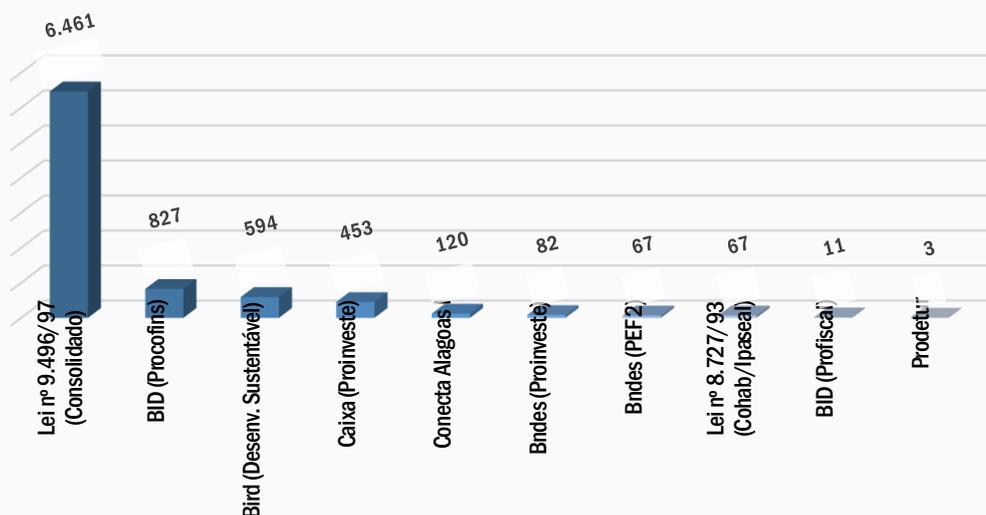
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	6.807.113	83,17%	6.715.343	82,87%	1,37%
Financiamentos a Longo Prazo - Externo	1.377.864	16,83%	1.388.224	17,13%	-0,75%
TOTAL	8.184.977	100,00%	8.103.567	100,00%	1,00%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

Os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos somados totalizam um estoque da dívida de R\$ 8.684.083 mil (vide nota *Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo*). O ajuste do montante da dívida consolidada, a qual é formada por diversos contratos, ocorreu com base no sétimo termo aditivo de rerratificação ao contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamentos de dívidas, de 26/12/2017 (processo 17944.000404/98-51), celebrado entre a União e o Estado de Alagoas nos termos da lei complementar nº 156/2016.

No saldo da dívida contratual interna com a União (lei nº 9.496/97) está incluído o montante de R\$ 814.282.975,96 conforme cláusula 3º do 7º Termo Aditivo, decorrente de litígio judicial (ACO 1726/STF). Encontra-se também em litígio na mesma ação cível originária o valor de R\$ 2.508.646.414, referente a conta gráfica prevista no art. 7º da lei nº 9.496/97.

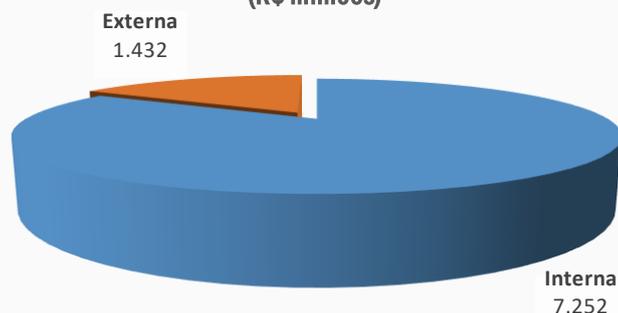
ESTOQUE DA DÍVIDA DE CURTO E LONGO PRAZO POR CONTRATO
(R\$ milhões)



Fonte: Gerência Especial de Convênios e Dívida Pública | Sefaz/AL

O estoque da dívida é fracionado também por sua domesticidade, sendo separado por estoque da dívida interno e externo. Os valores em moeda estrangeira foram convertidos em reais brasileiros (BRL) na data de apresentação do balanço.

Estoque da Dívida de Curto e Longo Prazo por Domesticidade (R\$ milhões)



Fonte: Gerência Especial de Convênios e Dívida Pública | Sefaz/AL

24 Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Fornecedores a Longo Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Fornecedores Nacionais	103.289	100,00%	103.289	66,41%	0,00%
Precatórios de Fornecedores Nacionais	-	0,00%	52.249	33,59%	-100,00%
TOTAL	103.289	100,00%	155.538	100,00%	-33,59%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

25 Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	975	93,34%	1.281	94,85%	-23,93%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios	70	6,66%	70	5,15%	0,00%
TOTAL	1.044	100,00%	1.351	100,00%	-22,69%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

26 Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo (R\$ mil)					
DESCRIÇÃO	2017	AV %	2016	AV %	AH %
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	241.216	100,00%	(13.732)	100,00%	-1856,59%
TOTAL	241.216	100,00%	(13.732)	100,00%	-1856,59%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/AL)

Foi realizado o registro das provisões matemáticas conforme cálculo atuarial na data-base de 31 de dezembro de 2016.

27 Demais Obrigações a Longo Prazo

No caso do Estado de Alagoas, as demais obrigações a longo prazo compreende os adiantamentos de clientes a longo prazo.

Balço Orçamentário (BO)

28 Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do período foi superavitário em R\$ 205.284 mil e é obtido por meio da diferença entre a receita arrecadada no período (10,666 bilhões) e a despesa empenhada (10,461 bilhões).

Balço Financeiro (BF)

29 Resultado Financeiro

O resultado financeiro evidenciado no Balço Financeiro foi negativo em R\$ 4.220 mil e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 2,143 bilhões) e no início do ano (R\$ 2,147 bilhões).

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

30 Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial consolidado do exercício de 2017 foi de R\$ 1.430.589 mil, frente ao resultado apresentado em 2016 de R\$ 3.573.350 mil. A expressiva variação decorre principalmente do fato de que no exercício de 2016 houve uma redução significativa no montante da dívida consolidada (lei complementar nº 148), a qual gerou naquele exercício uma variação patrimonial aumentativa financeira de aproximadamente R\$ 2 bilhões. As variações patrimoniais qualitativas representam as incorporações/desincorporações de ativos e passivos resultantes da execução orçamentária das receitas/despesas de capital, não afetando o resultado patrimonial do período.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

31 Geração Líquida de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício de 2017, conforme a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), foi negativa em R\$ 4.220 mil.

Demonstraço das **Mutaço**es do **Patrimônio Líquido** (DMPL)

32 Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2017 foram realizados ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido, os quais corresponderam a uma transferência da conta "Resultados Acumulados" para a conta "Patrimônio Social/Capital Social".

33 Variação do Patrimônio Líquido no Período

O Patrimônio Líquido do Governo do Estado de Alagoas variou positivamente no ano R\$ 1.355.717 mil decorrente do resultado patrimonial de R\$ 1.430.589 mil.

ANÁLISE DAS
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

O que é a **análise das demonstrações contábeis**?

Antes de introduzir o conceito da análise é importante compreender a ciência contábil como um instrumento de controle social e transparência, visto que é através da execução do orçamento, da gestão fiscal e patrimonial que se originam todas as políticas públicas. Trata-se pois de uma ciência cujas possibilidades compreendem medidas quantitativas e qualitativas para a tomada de decisões dos usuários, ou cidadãos.

Para obtenção dessas medidas são aplicadas técnicas com o intuito de elaborar relatórios e demonstrativos que retratem adequadamente a realidade econômica, financeira, física e patrimonial das entidades. A análise contábil, portanto, é um processo secundário baseado nos relatórios e demonstrativos gerados anteriormente pelos sistemas de informação e seus *inputs*.

Vale frisar que a análise contábil vai além de ser um mero compilado de indicadores de desempenho, pois possui como objetivo transformar os dados extraídos em informações pertinentes ao ambiente interno e externo da entidade. Apesar de não haver limitações aos produtos da análise, no sentido de serem restritamente pré-definidos, a doutrina consagra um rol de índices que são aplicáveis a várias situações, inclusive na análise de balanços públicos.

No caso do setor público existem nuances que são específicas e nem toda metodologia pode ser aplicada do mesmo modo que o setor privado. Para as DCASP os índices escolhidos devem obter como produto um resultado condizente com a legislação e que retrate a dinâmica governamental. A seguir estão descritos algumas das mais importantes definições trazidas pela Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e que auxiliam na compreensão dos números relativos às finanças governamentais.

Análise das Demonstrações Contábeis

Análise do Balço Patrimonial (BP)

Situação Financeira

Indicador	Metodologia	2017		2016		ΔH%
Situação Financeira	Ativo Financeiro	2.532.595		2.562.597		51,77%
	÷	÷	3,63	÷	2,39	
	Passivo Financeiro	697.383		1.070.975		

Indicador	Análise
Situação Financeira	<p>Indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro.</p> <p>> 1 Há superávit financeiro.</p> <p>< 1 Há déficit financeiro.</p> <p>= 1 Há o equilíbrio da situação financeira.</p>

Liquidez

Indicador	Metodologia	2017		2016		ΔH%
Liquidez Geral	(Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)	3.506.232		3.064.859		17,83%
	÷	÷	0,35	÷	0,30	
Liquidez Corrente	(Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)	9.949.237		10.247.452		38,58%
	÷	÷	2,25	÷	1,63	
Liquidez Seca	Ativo Circulante	2.822.509		2.828.180		38,27%
	÷	÷	2,08	÷	1,51	
Liquidez Imediata	(Ativo Circulante - Estoques - Despesas do exercício seguinte)	2.611.536		2.622.767		38,59%
	÷	÷	1,71	÷	1,23	
	Passivo Circulante	1.252.991		1.739.926		
	÷	÷		÷		

Indicador	Análise
Liquidez Geral	<p>Indica a capacidade de cumprir as obrigações no médio e longo prazo.</p> <p>> 1 Há suficiência de ativos para honrar as obrigações no médio e longo prazo.</p> <p>< 1 Há insuficiência de ativos para honrar as obrigações no médio e longo prazo.</p> <p>= 1 Há equilíbrio entre os ativos e as obrigações no médio e longo prazo.</p>
Liquidez Corrente	<p>Indica a capacidade de cumprir as obrigações no curto prazo.</p> <p>> 1 Há suficiência de ativos para honrar as obrigações no curto prazo.</p> <p>< 1 Há insuficiência de ativos para honrar as obrigações no curto prazo.</p> <p>= 1 Há equilíbrio entre os ativos e as obrigações no curto prazo.</p>
Liquidez Seca	<p>Indica a capacidade de cumprir as obrigações no curto prazo, excetuando-se estoques e despesas antecipadas.</p> <p>> 1 Há suficiência de ativos de maior liquidez para honrar as obrigações no curto prazo.</p> <p>< 1 Há insuficiência de ativos de maior liquidez para honrar as obrigações no curto prazo.</p> <p>= 1 Há equilíbrio entre os ativos de maior liquidez e as obrigações no curto prazo.</p>
Liquidez Imediata	<p>Indica a capacidade de cumprir as obrigações no curtíssimo prazo.</p> <p>> 1 Há suficiência de ativos para honrar as obrigações no curtíssimo prazo.</p> <p>< 1 Há insuficiência de ativos para honrar as obrigações no curtíssimo prazo.</p> <p>= 1 Há equilíbrio entre os ativos e as obrigações no curtíssimo prazo.</p>

Endividamento

Indicador	Metodologia	2017		2016		ΔH%
Solvência Geral	Ativo Total	7.433.517	0,75	6.416.015	0,63	19,33%
	÷			÷		
Endividamento Geral	Exigível Total	9.949.237	1,34	10.247.452	1,60	-16,20%
	÷			÷		
Composição do Endividamento	Ativo Total	7.433.517	0,13	6.416.015	0,17	-25,83%
	Passivo Circulante	1.252.991		÷		
Endividamento Oneroso sobre Ativo Total	(Passivo Circulante + Passivo não Circulante)	9.949.237	1,17	10.247.452	1,36	-13,94%
	Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo	8.684.083		÷		
Dívida Onerosa Líquida	Ativo Total	7.433.517	0,25	6.416.015	0,25	0,09%
	Disponibilidades	2.143.421		÷		
	Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazos	8.684.083		8.709.404		

Indicador	Análise
Solvência Geral	<p>Indica o grau de garantia disponível para honrar as exigibilidades.</p> <p>> 1 Ativo total maior do que as exigibilidades. < 1 Ativo total menor do que as exigibilidades. = 1 Ativo total equilibrado com as exigibilidades.</p>
Endividamento Geral	<p>Indica o quanto do ativo total está comprometido com exigibilidades.</p> <p>> 1 Exigibilidades maiores do que o ativo total. < 1 Parcela do ativo que está comprometida com exigibilidades. = 1 Todo ativo está comprometido com exigibilidades.</p>
Composição do Endividamento	<p>Indica o quanto da dívida é exigível no próximo exercício financeiro.</p> <p>< 1 Parcela da dívida exigível no próximo exercício financeiro. = 1 Toda dívida é exigível no próximo exercício financeiro.</p>
Endividamento Oneroso sobre Ativo Total	<p>Indica o quanto do ativo total está comprometido com dívidas onerosas.</p> <p>> 1 Dívidas onerosas maiores do que o ativo total. < 1 Parcela do ativo que está comprometida com dívidas onerosas. = 1 Todo ativo está comprometido com dívidas onerosas.</p>
Dívida Onerosa Líquida	<p>Indica a quantidade de disponibilidades em relação a dívida onerosa.</p> <p>> 1 Sobra de disponibilidades para honrar a dívida onerosa. < 1 Falta de disponibilidades para honrar a dívida onerosa. = 1 Há equilíbrio entre as disponibilidades e a dívida onerosa.</p>

Análise do Balauço Orçamentário (BO)

Indicador	Metodologia	2017		2016		ΔH%
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	Previsão Inicial da Receita	10.242.454	1	8.419.876	1	0,00%
	÷			÷		
Quociente de Execução da Receita	Dotação Inicial da Despesa	10.242.454	0,96	8.419.876	1,05	-8,32%
	Receitas Realizadas	10.665.919		÷		
Quociente de Desempenho da Arrecadação	Previsão Atualizada	11.094.973	1,04	10.381.752	1,29	-19,45%
	Receitas Realizadas	10.665.919		÷		
Quociente de Utilização do Superávit Financeiro	Previsão Inicial	10.242.454	0,29	8.419.876	0,18	56,60%
	Créditos adicionais abertos por superávit financeiro	527.831		÷		
	Total do superávit financeiro apurado no exercício anterior	1.835.212		1.491.622		

Quociente de Execução da Despesa	Despesas Empenhadas ÷ Dotação Atualizada	10.460.635 ÷ 11.622.804	0,90	10.022.202 ÷ 10.838.273	0,92	-2,67%
Quociente do Resultado Orçamentário	Receitas Realizadas ÷ Despesas Empenhadas	10.665.919 ÷ 10.460.635	1,02	10.885.822 ÷ 10.022.202	1,09	-6,13%
Quociente da Execução Orçamentária Corrente	Receitas Correntes Realizadas ÷ Despesas Correntes Empenhadas	10.293.740 ÷ 9.548.419	1,08	10.551.910 ÷ 9.135.466	1,16	-6,67%
Quociente da Execução Orçamentária de Capital	Receitas de Capital Realizadas ÷ Despesas de Capital Empenhadas	372.179 ÷ 912.216	0,41	333.911 ÷ 886.736	0,38	8,35%
Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receitas Realizadas ÷ Despesas Pagas	10.665.919 ÷ 10.281.666	1,04	10.885.822 ÷ 9.663.984	1,13	-7,91%

Nota¹: Os indicadores constantes nas análises foram elaborados com base no livro "Entendendo as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público" (Feijó *et al*, 2017).

Nota²: Em alguns indicadores pode ocorrer a inversão do sinal por conter na base valores negativos.

Indicador	Análise
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	Indica se há equilíbrio na previsão e fixação constantes na LOA. > 1 Há desequilíbrio em favor das receitas. < 1 Há desequilíbrio em favor das despesas. = 1 Há o equilíbrio entre a receita e a despesa iniciais.
Quociente de Execução da Receita	Indica a existência de excesso ou falta de arrecadação para cobertura de despesas. > 1 Há excesso de arrecadação. < 1 Há insuficiência de arrecadação. = 1 Há equilíbrio entre a previsão atualizada e receita realizada.
Quociente de Desempenho da Arrecadação	Indica a existência de excesso ou falta de arrecadação para cobertura de despesas, excluídos os créditos adicionais. > 1 Há excesso de arrecadação. < 1 Há insuficiência de arrecadação. = 1 Há equilíbrio entre a previsão inicial e receita realizada.
Quociente de Utilização do Superávit Financeiro	Indica os créditos adicionais abertos por meio de superávit financeiro e o total do superávit financeiro apurado no exercício anterior. A análise mais interessante acontece quando o quociente é desdobrado por fonte/destinação. > 1 Crédito aberto maior do que o superávit financeiro. < 1 Crédito aberto menor do que o superávit financeiro. = 1 Crédito aberto no limite do superávit financeiro.
Quociente de Execução da Despesa	Indica o quanto da despesa fixada foi executada, sendo portanto uma referência para o processo de planejamento-execução. > 1 Realização maior que a autorização da LOA. < 1 Realização menor que a autorização da LOA. = 1 Realização da despesa no limite da autorização da LOA.
Quociente do Resultado Orçamentário	Indica a relação do resultado orçamentário. > 1 Resultado superavitário. < 1 Resultado deficitário. = 1 Receita realizada igual ao montante da despesa empenhada.
Quociente da Execução Orçamentária Corrente	Indica a relação do resultado orçamentário corrente. > 1 Resultado corrente superavitário. < 1 Resultado corrente deficitário. = 1 Receita corrente realizada igual ao montante da despesa corrente empenhada.
Quociente da Execução Orçamentária de Capital	Indica a relação do resultado orçamentário de capital. > 1 Resultado de capital superavitário. < 1 Resultado de capital deficitário. = 1 Receita corrente realizada igual ao montante da despesa corrente empenhada.
Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Indica a relação das receitas e despesas pelo regime de caixa. > 1 A arrecadação superou os pagamentos < 1 A arrecadação foi inferior aos pagamentos. Provável utilização de recursos arrecadados em exercícios anteriores. = 1 Toda arrecadação foi utilizada em pagamentos.

Análise do Balço Financeiro (BF)

Indicador	Metodologia	2017		2016		ΔH%
Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro	Resultado Orçamentário	205.284		863.620		
	÷ Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa	÷ (4.220)	-48,64	÷ 562.566	1,54	-3.268,48
Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo que passa para o Exercício Seguinte	2.143.421		2.147.642		
	÷ Saldo do Exercício Anterior	÷ 2.147.642	1,00	÷ 1.585.075	1,35	-26,34%
Quociente da Execução Extraorçamentária	Recebimentos Extraorçamentários	18.757.534		23.171.828		
	÷ Pagamentos Extraorçamentários	÷ 18.967.144	0,99	÷ 23.472.882	0,99	0,18%

Indicador	Análise
Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro	Indica a variação do saldo do disponível que pode ser explicada pelo resultado orçamentário. > 1 Resultado orçamentário maior do que a variação das disponibilidades. < 1 Resultado orçamentário menor do que a variação das disponibilidades. = 1 Resultado orçamentário igual à variação das disponibilidades.
Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	Indica o impacto do resultado financeiro sobre o saldo em espécie > 1 Saldo que passa para o exercício seguinte maior do que o saldo do exercício anterior. < 1 Saldo que passa para o exercício seguinte menor do que o saldo do exercício anterior. = 1 Saldo que passa para o exercício seguinte igual ao saldo do exercício anterior.
Quociente da Execução Extraorçamentária	Indica a relação entre os recebimento e pagamentos extraorçamentários. > 1 Recebimentos extraorçamentários maiores do que os pagamentos extraorçamentários. < 1 Recebimentos extraorçamentários menores do que os pagamentos extraorçamentários. = 1 Recebimentos extraorçamentários iguais aos pagamentos extraorçamentários.

Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Indicador	Metodologia	2017		2016		ΔH%
Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais	Total das Variações Aumentativas	26.634.777		26.848.484		
	÷ Total das Variações Diminutivas	÷ 25.204.187	1,06	÷ 23.275.133	1,15	-8,39%

Indicador	Análise
Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais	Indica a relação entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas > 1 Há superávit patrimonial no exercício. < 1 Há déficit patrimonial no exercício. = 1 Há equilíbrio entre as VPA e VPD.

Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Indicador	Metodologia	2017		2016		ΔH%
Quociente do Impacto Patrimonial pelas Atividades Operacionais	Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	754.330	0,53	1.382.973	0,39	36,24%
	÷ Resultado Patrimonial	1.430.589		3.573.350		
Quociente da Capacidade de Amortização da Dívida	Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	754.330	0,08	1.382.973	0,13	-43,82%
	÷ Total do Passivo	9.949.237		10.247.452		
Quociente das Atividades Operacionais	Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	754.330	-178,73	1.382.973	2,46	-7.370,52%
	÷ Total de Geração Líquida de Caixa	(4.220)		562.566		

Indicador	Análise
Quociente do Impacto Patrimonial pelas Atividades Operacionais	Indica a dispersão entre o fluxo de caixa operacional gerado e o resultado patrimonial do exercício. → Requer análise detalhada do resultado patrimonial.
Quociente da Capacidade de Amortização da Dívida	Indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida. → Quanto maior, melhor.
Quociente das Atividades Operacionais	Indica quanto da parcela da geração líquida de caixa pela entidade foi atribuída às atividades operacionais. → Quanto maior, melhor.

Capacidade de Pagamento – CAPAG (Conforme Portaria nº 501 MF/STN de 2017)

Indicador	Metodologia ²	2016	
Endividamento	Dívida Consolidada Bruta	9.223.989.752,57	120,64%
	÷ Receita Corrente Líquida	7.645.675.622,78	
Poupança Corrente ¹	Média Ponderada dos Três Últimos Exercícios	89,41%	
	Despesas Correntes 2014	Peso 2	94,10%
	÷ Receita Corrente Ajustada 2014		
	Despesas Correntes 2015	Peso 3	91,01%
	÷ Receita Corrente Ajustada 2015		
Despesas Correntes 2016	Peso 5	86,58%	
÷ Receita Corrente Ajustada 2016			9.135.466.125,00 10.551.910.294,34
Liquidez	Obrigações Financeiras	430.262.839,17	57,97%
	÷ Disponibilidade de Caixa Bruta	742.216.888,70	

Nota¹: A nota parcial do indicador de poupança corrente é dada pela fórmula $PC = \sum_{t=1}^n \frac{DC_t}{RCA_t} * P_t$.

Nota²: O cálculo da nota final é realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional com base nos dados enviados pelo SICONFI. São fontes a Declaração de Contas Anuais (DCA), o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

Definições do CAPAG

Despesas Correntes	Valores extraídos da conta "3.0.00.00.00.00 - Despesas Correntes", a qual inclui as despesas intraorçamentárias de outras modalidades de aplicação.
Receitas Correntes	Somatório das contas "1.0.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes" e "7.0.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes Intraorçamentárias".
Receita Corrente Líquida	Valor extraído do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, que exclui as receitas intraorçamentárias a fim de evitar duplicidade. Possui como deduções da Receita Corrente as "Transferências Constitucionais e Legais", "Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência", "Contrib. dos Militares para o Custeio das Pensões", "Compensações Financ. entre Regimes Previdência" e "Dedução de Receita para Formação do FUNDEB".
Receita Corrente Ajustada	Resultado do somatório das contas "1.0.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes" e "7.0.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes Intraorçamentárias" após a "Dedução de Receita para Formação do FUNDEB".
Dívida Consolidada Líquida	Dívida Consolidada (DC) deduzida a Disponibilidade Caixa Bruta (menos os RP Processados) e demais haveres financeiros.
Obrigações Financeiras*	Somatório dos Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos do exercício atual e dos anteriores, Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores e Demais Obrigações Financeiras.
Disponibilidade de Caixa Bruta*	Assim como as Obrigações Financeiras, o valor da Disponibilidade de Caixa Bruta é extraído do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar do RGF.

*recursos não vinculados.

Glossário

Com o objetivo de facilitar a interpretação dos dados contábeis são trazidas a seguir algumas das principais definições abordadas pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP, 8ª Edição) editado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Ativo Contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Ativo Financeiro compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Imobilizado é o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período (exercício).

Ativo Não Circulante compreende os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Ativo Permanente compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Atos Potenciais Ativos compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Bens Imóveis compreendem os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos. São exemplos deste tipo de bem os imóveis residenciais, comerciais, edifícios, terrenos, aeroportos, pontes, viadutos, obras em andamento, hospitais, dentre outros.

Bens Móveis compreendem os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. São exemplos de bens móveis as máquinas, aparelhos, equipamentos, ferramentas, bens de informática (equipamentos de processamento de dados e de tecnologia da informação), móveis e utensílios, materiais culturais, educacionais e de comunicação, veículos, bens móveis em andamento, dentre outros.

Caixa e Equivalentes de Caixa compreendem o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Depreciação é a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência

Despesas Correntes são as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Despesas de Capital são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Operações de Crédito demonstram o valor da receita decorrente da emissão de títulos públicos e da obtenção de empréstimos, inclusive as destinadas ao refinanciamento³ da dívida pública.

Pagamentos Extraorçamentários compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, por exemplo: a. relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentárias (ex. devolução de depósitos); e b. restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

Passivo Circulante compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos

estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociaço; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Passivo Contingente é uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou b. Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: i. É improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou ii. Não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Caso o Balço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício,

serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Capital Social compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Provisão é um passivo de prazo ou valor incerto. O termo provisão não deve remeter a elementos do ativo, como ajuste para perdas de recebíveis, por exemplo.

Realizável a Longo Prazo compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo

Recebimentos Extraorçamentários compreendem os ingressos não previstos no orçamento, por exemplo: a. ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; e b. inscrição de restos a pagar¹⁰.

Receitas Correntes são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de

se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, provocam efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido.

Receitas de Capital são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

Receitas e Despesas Orçamentárias Ordinárias compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

Receitas e Despesas Orçamentárias Vinculadas compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

Receitas Realizadas correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária.

Redução ao valor recuperável (impairment) é a redução nos benefícios econômicos futuros ou no potencial de serviços de um ativo, que reflete um

declínio na sua utilidade além do reconhecimento sistemático por meio da depreciação.

Reserva de Contingência é a destinação de parte das receitas orçamentárias para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, inclusive para a abertura de créditos adicionais.

Resultado Diferido compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Superávit Financeiro corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.



**Secretaria
da Fazenda**

GOVERNO DO ESTADO

